

## Um homem para todas as causas — perfil político do duque de Ávila e Bolama\*\*

Na tarde do dia 8 de Março de 1907, a Câmara dos Pares do reino reuniu, em sessão normal, tendo por ordem de trabalhos a discussão de alguns projectos legislativos pendentes, bem como a difícil conjuntura que, naquela Primavera, rodeava já o governo de concentração liberal presidido por João Franco. Antes da ordem do dia, contudo, o par do reino António José de Ávila Jr., 2.º marquês de Ávila e Bolama, pediu a palavra para solenemente invocar a memória do tio, o duque de Ávila e Bolama, cujo centenário do nascimento se celebrava naquele dia. Ao longo de uma hora e meia (a duração de toda a sessão), a agenda franquista foi substituída por um colorido desfile de evocações e elogios da figura do duque de Ávila, provenientes de todas as bancadas partidárias e de outras tantas vozes de independentes. É bem certo que, a título póstumo, é fácil um político liberal-constitucional suscitar simpatias quase unânimes. Mas vale a pena acompanhar de perto o que então se disse da personalidade e da carreira do duque de Ávila para se começar a entrever a singularidade da personagem.

---

\* Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP).

\*\* Este texto é uma apresentação preliminar de alguns resultados da pesquisa que está a ser levada a cabo pelo autor no âmbito da preparação da sua tese de doutoramento, que tem por objecto, precisamente, a biografia política do duque de Ávila e Bolama. Agradeço as críticas e sugestões a ele feitas pela Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Fátima Bonifácio e pela Doutora Maria Filomena Mónica, de quem partiu o convite inicial para a sua redacção. As fontes e bibliografia utilizadas — na sua esmagadora maioria fontes oficiais e arquivísticas, imprensa, opúsculos ou livros da época — são referenciadas ao longo das notas de rodapé.

Tomando a palavra, o sobrinho do homenageado agradeceu penhoradamente todas as iniciativas que, desde a Câmara Municipal da Horta até às inúmeras repartições públicas, passando por diversos conselhos de administração de empresas financeiras, naquele dia se sucediam, lembrando, de seguida, o percurso político do «egregio estadista», desde o berço açoriano até aos mais altos cargos do Estado, onde o levava a «força da sua vontade», o «constante amor ao trabalho», o «formosíssimo talento» e a «indiscutível probidade»<sup>1</sup>. Seguiu-se Hintze Ribeiro, o líder do Partido Regenerador, declarando justa a especial homenagem que o parlamento votava a «um dos nomes mais aureolados de luz na história da política portuguesa», para mais um dos melhores parlamentares que por São Bento passara, senhor que era de «uma argumentação por vezes irrefutável» e «verdadeiramente invencível» sempre que defendia, na tribuna, «uma causa justa»<sup>2</sup>.

Em nome do governo, o ministro da Marinha, Aires de Ornelas, lembrou as «origens modestas» do duque, que o não haviam impedido de atingir «as maiores culminâncias». Pelo mesmo tom afinaram Sebastião Teles, pelo Partido Progressista, e Teles de Vasconcelos, um velho amigo, politicamente independente, que não resistiu a evocá-lo como «um lutador inquebrantável» e «um argumentador de primeira força», imprescindível à mecânica do constitucionalismo do seu tempo, em virtude da posição que para si cunhara de «medianeiro entre os partidos de combate»<sup>3</sup>.

Veio depois o par João Arroio. Recordando a figura «serena, calma e tranquila» do duque, alongou-se em filosofia política, teorizando as diferenças entre o liberalismo exagerado e o conservadorismo, para declarar que Ávila fora, «positivamente», um «mantenedor social», isto é, uma «força de coesão», de «união entre o passado e o presente», assumindo-se como um «conservador enérgico», um «conservador extremo», um «lutador indomável»<sup>4</sup>. Seguiram-se os elogios do conde de Bertandos, em nome do Partido Nacionalista, de Luciano Monteiro e do conde de Lagoaça, um independente, e, finalmente, de Júlio de Vilhena, marechal do Partido Regenerador, evocando com saudade o «orador eloquentíssimo»<sup>5</sup> que durante anos prestigiara a tribuna parlamentar. Por unanimidade, o presidente da Câmara dos Pares (ao tempo Augusto José da Cunha) levantou os trabalhos da sessão e deliberou enviar cópia da acta à duquesa viúva<sup>6</sup>.

---

<sup>1</sup> *Diário da Câmara dos Pares*, 8-3-1907, pp. 357-360.

<sup>2</sup> *Ibid.*, pp. 360-361.

<sup>3</sup> *Ibid.*, pp. 361-362.

<sup>4</sup> *Ibid.*, p. 363.

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 364.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 365.

Em 1907 tinha já passado mais de um quarto de século desde que o duque de Ávila falecera, em Maio de 1881. O simples facto de a Câmara dos Pares ter prescindido da agenda do dia para se constituir em plenário de homenagem a um político há muito desaparecido evidenciava a notabilidade do visado. Na realidade, António José de Ávila foi, a vários títulos, uma personagem única na história político-social do constitucionalismo oitocentista. Desprovido de origens aristocráticas ou fortuna de família, protagonizou o mais célebre percurso de ascensão social do século XIX português, tendo alcançado não só invulgar proeminência e importância política, mas também a distinção de ser elevado, sucessivamente, a par do reino, conde, marquês e duque, irmanando assim com os mais sonantes apelidos do país. Os seus reconhecidos talentos político-parlamentares permitiram-lhe também uma das mais longevas carreiras pessoais do constitucionalismo monárquico, iniciada nos Açores, em 1831, continuada, a partir de 1834, na Câmara dos Deputados e prolongada até à sua morte, em 1881.

Parte do mito avilista radica precisamente na sua ascensão social. Ávila nasceu em Março de 1807, na então ainda vila da Horta, na ilha açoriana do Faial, neto de gente do campo e filho de pais economicamente remediados, no sentido em que, não pertencendo sequer àquilo a que poderia chamar-se a elite local, detinham já algumas posses amealhadas, que lhes permitiram providenciar estudos ao jovem António José de Ávila, primeiro no Faial, depois na Universidade de Coimbra. Mas é preciso perceber quão periférico era nascer e crescer na ilha do Faial nas primeiras décadas do século XIX. Boa parte da história da vida de Ávila foi a da luta contra esse passado, que ele não renegava, mas que quase todos os adversários usaram para o humilhar. Durante décadas, Ávila foi o *parvenu*, o «ilhéu», o «rústico», sempre olhado preconceituosamente, mesmo na sociedade teoricamente meritocrática do liberalismo oitocentista, por quem ostentava melhor apelido ou nascera em berço mais central. Ficou famosa, em 1871, uma azeda carta em que Antero de Quental, protestando contra o encerramento das conferências do Casino determinado pelo governo de Ávila, lhe lançava em cara o facto de ser filho de um sapateiro e de ter alegadamente trocado o apelido original — «da Vila» — pelo mais sonante «Ávila»<sup>7</sup>. A acusação não era verdadeira<sup>8</sup>,

---

<sup>7</sup> Antero de Quental, *Carta ao Ex.<sup>mo</sup> Sr. António José de Ávila, Marquês de Ávila, Presidente do Conselho de Ministros*, Lisboa, 1871, p. 5 (nota).

<sup>8</sup> V. a certidão de baptismo de Ávila, em resposta às acusações de Antero, publicada no *Jornal da Noite* de 11 e 12-7-1871, ou o opúsculo de André Meireles de Távora do Canto e Castro, *Quelques mots sur son Excellence Monsieur le Marquis d'Ávila e Bolama*, Lisboa, 1871 (apêndice).

mas o prestígio de Antero deu-lhe curso legal, reforçando o pendor satírico dos sectores políticos extremistas e da *intelligentsia* da geração de 70 contra o tenaz político açoriano.

A história de Ávila é, antes de mais, a do plebeu que chegou a duque. Como resumiu Marques Gomes, «embalado num pobre berço, foi até onde é possível ir num país monárquico»<sup>9</sup>. Destruídas as hierarquias rígidas, típicas das sociedades de antigo regime, o liberalismo consagrou um novo e alargado leque de vias de ascensão social e nobilitação que permitiram acrescentar à velha aristocracia do sangue as novas aristocracias do talento e do dinheiro<sup>10</sup>. O primeiro comprovava-se através da obtenção de uma qualificação universitária — que servia de porta de entrada para a magistratura, para a política e para o mundo das profissões liberais —, de uma bem sucedida carreira militar, donde depois se saltava — aureolado com o prestígio do herói — para os corredores da política, ou de uma longa prestação de serviço no funcionalismo estatal ou na corte. O segundo obtinha-se rentabilizando o património de família ou enveredando com sucesso nos negócios do comércio, da banca, da lavoura ou dos contratos com o Estado<sup>11</sup>. Para quem a nada disto podia aceder restava a esperança de, localmente, ganhar proeminência social como cacique, proprietário ou burocrático, consoante a opção fosse a colecta de rendas ou a mediação de contactos e influências com o Estado central ou ainda a de conseguir uma proveitosa aliança matrimonial que permitisse dourar o apelido ou arredondar a fortuna.

A singularidade do percurso de Ávila reside no facto de não se enquadrar em quase nenhuma destas vias de ascensão. É certo que frequentou a Universidade de Coimbra, partilhando assim vivências e cumplicidades escolares com muitos dos contemporâneos com quem depois se relacionaria na política. Mas, se Coimbra era, efectivamente, a principal escola das elites — cálculos feitos para a década de 1850 indicam que cerca de metade dos parlamentares então em funções tinha estudado na Universidade<sup>12</sup> —, Ávila optou pela Faculdade de Filosofia, largamente minoritária face ao peso que o curso de Direito tinha nas preferências da futura elite política.

---

<sup>9</sup> Marques Gomes, *História de Portugal popular e ilustrada de Manuel Pinheiro Chagas continuada desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até à morte de D. Maria II por J. Barbosa Colen e d'ahi até aos nossos dias por Marques Gomes*, vol. xii, Lisboa, Empresa da História de Portugal, 1907, p. 520.

<sup>10</sup> V. Irene Vaquinhas e Rui Cascão, «Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa», e Fernando Taveira da Fonseca «Elites e classes médias», in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. v, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

<sup>11</sup> Irene Vaquinhas e Rui Cascão, *ibid.*, p. 448.

<sup>12</sup> José Miguel Sardica, «A elite política do Ministério da Regeneração (1851-1856)», in *História*, n.º 3, Lisboa, Dezembro de 1994, p. 50.

Com os seus estudos em Filosofia e em Medicina (formatura que deixou incompleta), Ávila nunca enveredou por uma profissão liberal: não podia ser advogado, não chegou a ser médico, nunca quis ser lente (pese embora tenha começado por leccionar nos Açores). Mais importante, nunca se deixou seduzir pelo jornalismo. Não tendo apelido ou fortuna para herdar, não seguiu a carreira das armas nem se distinguiu por feitos militares. Ao longo da vida, várias vezes lhe perguntaram, acintosamente, qual fora o seu contributo para as campanhas da liberdade e em que lugar estivera nessa espécie de «quem é quem» entre os bravos do Mindelo que todo o militar-político gostava de invocar. Neste terreno, Ávila não tinha muito de heróico a apresentar. Tendo passado os anos do reinado miguelista nos Açores, o seu nome não figurava nos combates de resistência anti-absolutista em 1828, não obstante ter depois contribuído para a consolidação da regência liberal e para a preparação do assalto ao continente em 1832<sup>13</sup>. Mas, como em 1841 lhe lembraria Garrett, não estivera na emigração, no Mindelo, no cerco do Porto ou em Évora-Monte.

Chegado à política lisboeta apenas em 1834, Ávila destacou-se sempre por um prudente distanciamento face às escaramuças militares que, por anos, envenenaram o constitucionalismo português. E, se é certo que isso pode ter-lhe travado um mais rápido reconhecimento por parte dos seus pares, o facto é que também o resguardou em momentos particularmente delicados. A única vez que pegou em armas foi por um escrúpulo de consciência política, como ele próprio revelou: fiel à Carta Constitucional e adversário jurado da revolução de Setembro, participou na revolta dos marechais, servindo como voluntário de infantaria nas tropas do duque da Terceira na célebre batalha do Chão da Feira, em Agosto de 1837<sup>14</sup>. Dez anos mais tarde, durante os confusos meses da Maria da Fonte e da Patuleia, andou em comissões de serviço no Funchal e no estrangeiro. Para além de ser apenas um «civil», Ávila nunca foi negociante, contratador, «brasileiro» rico, especulador ou rendeiro. Tendo abandonado cedo os Açores, também nunca foi cacique local. Quando casou, em 1850, escolheu para mulher uma desconhecida cantora de ópera, italo-austríaca, desprovida de fortuna ou apelido, embora fosse «jovem interessante e de fina educação»<sup>15</sup>.

<sup>13</sup> Na sua qualidade de presidente da Câmara Municipal da Horta, foi Ávila quem cuidou da arregimentação e da preparação logística dos efectivos faialenses que integraram o exército liberal dos 7500 bravos do Mindelo. Para além disso, foi sob a sua égide que se formaram os batalhões de voluntários do Faial, tendo mesmo Ávila assumido as funções de capitão do Batalhão Norte da ilha em 1831-1832 (v. António Lourenço da Silveira Macedo, *História das Quatro Ilhas que formam o Distrito da Horta*, vol. II, Horta, 1871, pp. 101 e 120).

<sup>14</sup> *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna* (revistas e coordenadas por Ernesto de Campos Andrada), Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. III, p. 224, e D. António da Costa, *História do Marechal Saldanha*, vol. I, Lisboa, 1879, pp. 494-496.

<sup>15</sup> Brito Rebelo, *Occidente*, n.º 88, Lisboa, 1-6-1881. Emília Hegnauer, nascida em Fevereiro de 1829, era filha de um oficial superior austríaco e aparecera em Lisboa como *prima-dona* do Teatro de São Carlos, actuando com o apelido de Emília Librandi.

Apesar de ter privado com D. Pedro, demorou a tornar-se cortesão íntimo da casa real. De D. Maria nunca recebeu especiais deferências; D. Pedro V, cujo régio desprezo pela generalidade dos políticos era lendário, referia-se-lhe em tons pouco lisonjeiros, como um indivíduo vaidoso, pedante, «fraco de carácter e de inteligência», embora «trabalhador infatigável» e com uma certa «aptidão prática para os negócios»<sup>16</sup>. Para o rei, Ávila era, como Fontes Pereira de Melo, um arrivista, um materialista, incompatível com a sua própria forma de ser, fatalista, melancólica, obcecada com os «melhoramentos morais». Já com o irmão, D. Luís, a relação melhorou bastante. Mais des preocupado e pragmático do que D. Pedro V, D. Luís ganhou fama de ser «avilista» nas (poucas) horas em que não era «fontista». Foi o rei que deu a Ávila, em 1868, a sua primeira Presidência do Conselho e foi durante o reinado de D. Luís que Ávila recebeu os seus três títulos nobiliárquicos. Com base nessa simpatia veio depois a cunhar-se a tese, glosada pela esquerda mais radical e pela historiografia mais jacobina, de que D. Luís usava Ávila nas horas de aperto para resguardar os regeneradores e para desarmar, de cima, as reivindicações populares<sup>17</sup>.

Calcula-se que D. Luís tenha atribuído, nas décadas de 60 e 70, quase metade dos 800 títulos de nobreza concedidos entre a guerra civil e o ultimato<sup>18</sup>. De entre essa enorme proliferação em que o século XIX português foi fértil, o invulgar sucesso de Ávila permitiu-lhe individualizar-se perante outros nobilitados de origens humildes. O facto de ter chegado ao topo, ultrapassando os que se quedaram pelas fileiras, socialmente mais baixas,

---

<sup>16</sup> Cit. por Júlio de Vilhena, *D. Pedro V e o Seu Reinado*, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. II, pp. 286-287 e 331-332. Nas palavras do próprio monarca ao tio, o príncipe Alberto, «ele [Ávila] [...] com maior vaidade do que a portuguesa adopta para si mesmo o dito de Maistre: *Je suis quelque chose quand je me compose*. Simplesmente [...] ele diz *beaucoup*, em vez de *quelque chose*. No parlamento é um desses oradores burocráticos que compartilham o poder entre si, cada um deles pensando que o percebe melhor do que os outros» (*Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, trad. e estudo de Ruben A. Leitão, Portugal Editora, 1954, p. 193).

<sup>17</sup> V. José de Arriaga, *Os Últimos 60 Anos da Monarquia. Causas da Revolução do 5 de Outubro de 1910*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1911, pp. 159-161. Nogueira Soares, regenerador, confirmaria o mesmo, declarando que, em 1868, D. Luís escolhera Ávila para formar governo com o objectivo de «fazer cessar o combate sem entregar as armas», ou seja, silenciar o radicalismo, colocando-lhe à cabeça um vulto conservador, externo à fusão (Duarte Gustavo Nogueira Soares, *Considerações sobre o Presente e o Futuro Político de Portugal*, Lisboa, 1883, p. 187.)

<sup>18</sup> Irene Vaquinhas e Rui Cascão, *op. cit.*, p. 449. V., acerca da construção da nova nobreza liberal, o artigo de Helena Diogo *et al.*, «Para o estudo da nobreza portuguesa oitocentista. Barões e viscondes no reinado de D. Maria II», in *Ler História*, n.º 10, Lisboa, 1987, pp. 139-158. Uma relação completa dos títulos nobiliárquicos conferidos entre 1832 e 1875 pode encontrar-se em Aristides Abranches (ed.), *Almanaque Burocrático Geral, Distrital e Concelhio para 1876*, Lisboa, 1875.

dos barões e viscondes, conferiu-lhe um prestígio especial. Como ironizava a princesa Rattazzi, o Portugal oitocentista formara «uma nobreza novíssima, que se multiplica como os cogumelos, invasora e exuberante», em cujas fileiras se entrava com a facilidade «com que se toma lugar na plateia de um teatro». Contudo, mesmo num teatro havia hierarquias — e ela própria fazia a ressalva: enquanto os títulos de conde eram «frequentes», e os de barão e visconde «dão-se a esmo», não se obtinham facilmente os títulos de marquês e duque, porque era «indispensável merecê-los»<sup>19</sup>.

A nobilitação de Ávila começou com um intróito: a obtenção, por alvará de mercê-nova datado de 9 de Outubro de 1860, de um brasão de armas<sup>20</sup>. Depois, e sucessivamente, tornou-se 1.º conde de Ávila a 13 de Fevereiro de 1864, 1.º marquês de Ávila e Bolama a 24 de Maio de 1870, em directa recompensa pela sua bem sucedida condução na querela diplomática com a Inglaterra em torno da posse da ilha de Bolama, na Guiné, e 1.º e único duque de Ávila e Bolama a 14 de Março de 1878, por ocasião da sessão solene de juramento do príncipe herdeiro, D. Carlos. A carta régia de D. Luís dizia querer, com essa derradeira mercê, «dar ao Marquês de Ávila e Bolama um novo e público testemunho da minha consideração»<sup>21</sup>.

A propósito do título de duque de Ávila e Bolama, vale a pena fazer um pequeno exercício comparativo. Ávila foi o quinto, e cronologicamente o último, membro do restritíssimo clube dos duques do constitucionalismo monárquico. O primeiro fora António Severim de Noronha, 7.º conde e 1.º marquês de Vila Flor, elevado a 1.º duque da Terceira em Novembro de 1832; seguiu-se D. Pedro de Sousa Holstein, nobilitado 1.º conde de Palmela em 1812, 1.º marquês em 1823 e 1.º duque em Julho de 1833<sup>22</sup>; fora depois a vez de João Carlos de Saldanha Daun, nobilitado 1.º conde de

---

<sup>19</sup> Maria Rattazzi, *Portugal de Relance*, Lisboa, Antígona, 1997 (ed. original, Paris, 1879), pp. 94-95. Segundo o *Almanaque* de Aristides Abranches, o número total de duques e marqueses existentes entre 1832 e 1875 não representava mais do que uns 4% a 5% do total de títulos nobiliárquicos da sociedade portuguesa.

<sup>20</sup> Afonso Eduardo Martins Zuquete, *Armorial Lusitano*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, L.<sup>da</sup>, 1966, p. 69. A obtenção da carta de brasão de armas dependia de duas situações: fazer prova de ascendência de famílias que já o tinham tido e usado, ou fazer prova de ter prestado serviços relevantes ao país (visconde de Sanches de Baena e João Carlos Feo Cardoso Torres, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses do Século XIX*, Lisboa, Academia Real das Ciências, 1883, p. 800, nota 1). A mercê feita a Ávila era do segundo tipo, embora *O Patriota*, entre outros, se tivesse entretido a ridicularizar Ávila, por este ter um dia dito que possuía «foro-grande» na família há trezentos anos, por ser descendente dos fundadores da Vila de Ávila, em Espanha! (*Suplemento Burlesco d'O Patriota*, n.º 1889, Dezembro de 1850).

<sup>21</sup> *Diário do Governo*, n.º 60, 15-3-1878.

<sup>22</sup> Em Abril de 1833, D. Pedro premiou o então marquês de Palmela com o título de duque do Faial. A pedido do interessado, contudo, o título foi mudado, em Julho, para duque de Palmela, pelo que não vingou a distinção de duque do Faial.



Saldanha em 1826, 1.º marquês em 1834 e 1.º duque em Novembro de 1846; finalmente, Nuno José Rolim de Moura Barreto ascendera a 2.º marquês de Loulé, por morte do pai, em 1824 e a 1.º duque de Loulé em Outubro de 1862<sup>23</sup>.

Não era só o facto de todos os quatro terem sido duques antes de Ávila se ter tornado conde que estabelecia a originalidade deste. O que realmente contava eram os pergaminhos de cada um. Terceira era o descendente da velha casa nobiliárquica de antigo regime dos Vila Flor, para além de se ter afirmado como um dos maiores heróis militares portugueses da primeira metade do século XIX, desde as campanhas peninsulares até à guerra civil. Saldanha, o outro duque militar, era neto do marquês de Pombal e filho dos condes de Rio Maior: tinha, portanto, sangue aristocrático de antigo regime. O mesmo acontecia com Loulé, o herdeiro da casa de Vale de Reis. Quanto a Palmela, fora pela primeira vez nobilitado ainda durante o antigo regime, porventura em virtude dos finíssimos talentos diplomáticos que eram a sua marca distintiva, exibidos já no Congresso de Viena, em 1815. Ao lado de Terceira, Saldanha, Palmela ou Loulé, Ávila pouco tinha para apresentar. De entre os cinco, foi o único duque «pé-fresco»: um nobre da época dos «barões» de que falava Garrett, um membro dessa jovem e janota burguesia que marcava a consagração da classe média, integralmente produzido pela máquina do constitucionalismo monárquico e pela lenta nivelção sociológica entre velhos e novos apelidos. Como comentava a propósito um dos seus biógrafos, o «ilustre insulano» era um genuíno fruto do «cadinho da revolução (liberal) portuguesa», o mágico momento a partir do qual a «nobreza pela tradição» se vira «obrigada a ceder o lugar à nobreza pela justiça», muitas

---

<sup>23</sup> Todos os dados foram colhidos das respectivas entradas na obra de Afonso Eduardo Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, L.<sup>da</sup>, 1961. Rigorosamente, estes não eram os únicos duques portugueses do século XIX. Existiam ainda os duques do Cadaval e de Lafões — simplesmente, depois de 1834, devido às opções legitimistas dos seus detentores, os títulos não foram reconhecidos pela monarquia constitucional, nem os próprios os encartaram ou exibiram (os Cadavais, aliás, viveram em Paris e Nice durante quase todo o século). Quanto aos títulos de duque de Bragança, duque do Porto, duque de Coimbra e duque de Beja, eram todos privativos da casa real. O primeiro destinava-se ao príncipe herdeiro. O de duque do Porto estava reservado ao filho segundo dos reis de Portugal: criado por D. Pedro em 1833, só começou a ser usado por D. Luís nos anos 50 e, depois, pelo infante D. Afonso, irmão do futuro rei D. Carlos. O duque de Coimbra, durante grande parte do século XIX, foi o infante D. Augusto, 8.º filho de D. Maria. Finalmente, o título de duque de Beja esteve nas mãos do malogrado infante D. João, 3.º filho de D. Maria, que morreu com D. Pedro V, precocemente, em 1861, sendo depois restaurado na pessoa do infante D. Manuel (futuro D. Manuel II), secundogénito do rei D. Carlos. Tudo ponderado, portanto, Terceira, Saldanha, Palmela, Loulé e Ávila não foram os únicos duques do Portugal oitocentista, mas foram os únicos cinco duques construtores da, e intervenientes privilegiados na, política do constitucionalismo monárquico.



vezes recrutada «entre as fileiras deserddadas dos pequeninos»<sup>24</sup>. Um relatório das famílias faialenses, elaborado em 1922, não incluía o apelido Ávila, mostrando que a família do estadista não figurava sequer na elite de notabilidades oitocentistas da ilha do Faial<sup>25</sup>.

Assim, o percurso de ascensão social mais parecido com o de Ávila<sup>26</sup> terá sido o de Sá da Bandeira, nascido plebeu (embora numa família de elevada situação social), feito barão em 1833, visconde em 1834 e marquês em 1864. Sucede que Sá da Bandeira, uma glória militar, nunca chegou a duque (embora houvesse a ideia de que poderia tê-lo feito, conjuntamente com Ávila, em 1878, se não tivesse morrido em 1876), porventura por ser demasiado excêntrico e extremista na política<sup>27</sup>. A singularidade de Ávila é ainda maior se se lembrar outro pormenor. Palmela morreu em 1850, Terceira em 1860, Loulé em 1875 e Saldanha em 1876. Entre Março de 1878 e Maio de 1881 (data da sua morte), António José de Ávila foi o único duque politicamente interveniente do constitucionalismo monárquico<sup>28</sup> e, por inerência, a mais proeminente figura da sociedade portuguesa, exceptuada a hierarquia da Igreja e a casa real.

A longevidade da sua carreira percebe-se melhor individualizando a geração de que fazia parte<sup>29</sup>. Palmela, Silva Carvalho, Saldanha, Sá da Bandei-

---

<sup>24</sup> Augusto Ribeiro, «O marquez d'Ávila e Bolama», in *Almanaque Insulano para Açores e Madeira, Estatístico, Histórico e Literário para o ano de 1875*, Angra do Heroísmo, Tipografia da Terceira, 1874, pp. 139-142.

<sup>25</sup> Marcelino Lima, *Famílias Faialenses. Subsídios para a História da Ilha do Faial*, Horta, 1922.

<sup>26</sup> Numa perspectiva diferente, vale a pena recordar que, além de Ávila, a ilha do Faial teve depois outro filho dilecto, também de origens humildes e brilhante carreira política no continente: Manuel de Arriaga Brum da Silveira, nascido na Horta em 1840 e presidente da I República entre 1911 e 1915.

<sup>27</sup> A excentricidade de Sá da Bandeira exercia-a ele na esquerda do liberalismo monárquico. Por coincidência ou não, a direita liberal mais extremista e conservadora também produziu o seu marquês-plebeu, que nunca chegou a duque: António Bernardo da Costa Cabral, nobilitado conde de Tomar em 1845 e marquês de Tomar em Junho de 1878.

<sup>28</sup> Entre 1878 e 1881, fora da família real, exceptuado Ávila e dado que Terceira não tivera descendentes, existiam ainda o 2.º duque de Saldanha (filho do marechal Saldanha), que sucedeu nos títulos ao pai em 1876 e que veio a morrer em 1880, o 2.º duque de Loulé, que fez o encarte dos títulos por morte do pai, em 1875, e que veio a morrer em 1909, e a 3.ª duquesa de Palmela, neta do 1.º duque, que sucedera ao pai, o 2.º duque, em 1864 e que morreria também em 1909 (Afonso Martins Zuquete, *Nobreza de Portugal e do Brasil*). Sucede que todos estes títulos eram-no por «inerência», por herança, por sangue; não relevavam de nenhuma carreira de serviço público recompensado. Na realidade, onde figuram, nos anais da história político-constitucional oitocentista, João Carlos de Saldanha Daun Jr., Pedro José Agostinho Rolim de Moura Barreto ou Maria Luísa de Sousa Holstein?

<sup>29</sup> V. António Machado Pires, *O Século XIX: Cronologia e Quadro de Gerações*, Lisboa, Bertrand, 1975.

ra, Terceira, Rodrigo da Fonseca ou o próprio D. Pedro, todos nascidos entre 1780 e 1800, formavam a geração pré-romântica e vintista: particularmente activos durante a primeira metade do século XIX, morreram antes da Regeneração ou, com uma ou outra excepção, integraram-se nela já numa fase descendente da carreira. A primeira geração romântica e liberal era a dos nascidos entre 1800 e 1815, como o próprio Ávila: incluía os irmãos Cabral, o marquês de Fronteira, o duque de Loulé, os irmãos Passos, Herculano, Rodrigues Sampaio, José Estêvão ou António Alves Martins, futuro bispo de Viseu. Tratava-se da geração que crescera com as lutas liberais, que fizera a sua iniciação política nelas, ou durante o «reinado da frase e do tiro» (1834-1851), e que depois de ter servido, ou lutado contra, o cartismo, o setembrismo e o cabralismo desaguara na Regeneração, refazendo alinhamentos e credos para adaptação aos novos tempos. Quanto à segunda geração romântica e liberal, era a dos nascidos entre 1815 e 1835 — Fontes Pereira de Melo, Braamcamp, Lopes de Mendonça, Casal Ribeiro, Mártens Ferrão, Serpa Pimentel, Mendes Leal, Lobo de Ávila, Rebelo da Silva, José Luciano ou Dias Ferreira —, a da «gente nova», chegada à política com a Regeneração, dos que, não tendo vivido as frases e os tiros das campanhas da liberdade, não tinham contas a ajustar com o passado, mas apenas sonhos de utilitarismo progressista a concretizar no futuro.

Se, para muitos, a Regeneração marcou uma autêntica fronteira, o momento em que se encerraram, ou iniciaram, carreiras políticas, para Ávila 1851 não passou de um sobressalto. Nesses anos que marcaram o meado do século viu velhos companheiros ou adversários, como Jervis de Atouguia, Garrett, Ottolini, Larcher, Pestana, Derramado, Silva Sanches ou Leonel Tavares Cabral, retirarem-se da política; assistiu também à chegada dos novos — sobre todos, Fontes Pereira de Melo, cuja estreia parlamentar, em 1848, apadrinhou, removendo as objecções que a comissão de verificação de poderes então levantava ao mandato do jovem deputado por Cabo Verde<sup>30</sup>.

Ávila foi o expoente político da sua geração. Só Costa Cabral, falecido em 1889, Alves Martins, falecido em 1887, e Rodrigues Sampaio, falecido em 1882, lhe sobreviveram. Mas, se duraram mais, não foram mais importantes. Cabral, também modestíssimo nas origens (era filho de um merceeiro de Fornos de Algodres), morreu politicamente em 1851, abrindo, aliás, espaço para que a bandeira do cartismo conservador passasse a ser empunhada pelo próprio Ávila, doravante liberto do ónus do cabralismo. Quanto a Alves Martins e Rodrigues Sampaio, começaram muito depois de Ávila: o primeiro como deputado em 1842 e como ministro apenas em 1868; o segundo como deputado em 1851, ascendendo pela primeira vez a uma pasta ministerial, com a saldanhada, em 1870.

---

<sup>30</sup> Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, Lisboa, Afrontamento/Assembleia da República, 1999, p. 16.

Por isso, Ávila possuía, sobre os seus potenciais rivais, a vantagem da idade e da experiência acumulada. Tinha mais doze anos do que Fontes Pereira de Melo e Braamcamp, mais dezassete do que Casal Ribeiro e Mártens Ferrão, mais vinte e sete do que José Luciano, mais trinta do que Dias Ferreira. Isto para já não falar da futura geração de 70, que nele via a encarnação mais desprezível dos vícios e baixezas de um liberalismo monárquico anquilosado e reaccionário: Oliveira Martins, Eça de Queirós ou Antero de Quental tinham idade para serem filhos de Ávila — e não há como não ver, no alarido em torno das conferências do Casino, não só, mas também, um ruidoso conflito de gerações.

Ao longo de décadas, Ávila foi a prova viva de que, em política, se morre e ressuscita tantas vezes quantas as que o talento de cada um permite. Começando cartista em 1834, combateu os setembristas, não escrupulizando, todavia, prestar juramento à Constituição de 1838. Tornou-se então ordeiro e centrista, zangando-se com Cabral em 1842, quando este o ultrapassou pela direita, restaurando «ilegalmente», isto é, através de um pronunciamento militar, a Carta Constitucional. Militando nas fileiras anticabralistas, prestou um apoio discreto à «coalizão» oposicionista. Não esteve em Torres Novas em 1844 nem apareceu a reivindicar a Maria da Fonte em 1846. Simpatizante do governo de Palmela, que sucedeu aos Cabrais, contemplou, de largo, a guerra civil da Patuleia. Reapareceu em força a partir de 1848, sendo cortejado por Saldanha, primeiro, e pelo conde de Tomar, em 1849, cuja última administração integrou na pasta da Fazenda. Foi essa a mais arriscada de todas as suas opções políticas e aquela que levantou contra ele uma das mais arrasadoras campanhas de imprensa de que há memória em Portugal<sup>31</sup>.

Dado como politicamente liquidado em 1851, com a Regeneração, Ávila teve então ocasião de exibir todo o seu talento político de estar simultaneamente com quase todos, num jogo ambíguo que lhe permitiu escapar imune ao vendaval saneador posto em cena pelo saldanhismo<sup>32</sup>. Depois de uma ressurreição política absolutamente notável, talhou para si o papel de chefe-de-fila do cartismo conservador, na direita política da Regeneração. Entre

---

<sup>31</sup> Entre Junho de 1849 e Março de 1851, Ávila foi o «bombo-da-festa» nas páginas d'*O Patriota*, sobretudo no seu *Suplemento Burlesco*. O que então se escreveu sobre ele, bem como sobre o chefe do executivo, Costa Cabral, conde de Tomar, pode ser interpretado como uma das maiores provas de que era quase ilimitada a liberdade de imprensa então vigente em Portugal. Os dois outros momentos da sua vida em que foi mais severamente escrutinado pelo jornalismo de oposição foram o ano de 1841 (quando se estreou como ministro da Fazenda), nas páginas d'*O Nacional*, e 1871 (quando encerrou as conferências do Casino), nas páginas do *Jornal do Comércio*, d'*O Partido Constituinte* e, evidentemente, em inúmeros opúsculos e cartas abertas com que a juventude intelectual zurziu o «reaccionário» presidente do Conselho de então.

<sup>32</sup> Vale a pena ler o que, a propósito dos ziguezagues de Ávila aquando da Regeneração, na Primavera de 1851, escreveu o marquês de Fronteira e Alorna no vol. IV das suas *Memórias*.

1851 e 1858, o Partido Cartista foi ele e os seus amigos mais fiéis e só deixou de o ser quando, neste último ano, Ávila abandonou o partido, entregando-o à linha dura Fronteira-Cabral e trocando-o pela mais lucrativa liderança informal da máquina do Partido Histórico<sup>33</sup>. Em 1857, efectivamente, regressara à ribalta à boleia de Loulé, dando corpo a uma aliança cartista-histórica que não pouco preocupou os regeneradores e os restos do cabralismo ortodoxo. Durante alguns anos foi ele o verdadeiro cérebro dos governos de centro-esquerda, até a pressão da «unha-negra» radical o condenar a um temporário exílio interno a partir de 1862. Absteve-se de se envolver com a fusão para reaparecer em força, embora sem grande êxito prático, como o árbitro pacificador nos difíceis anos de 1868-1871. No fim da vida alternou a crescente simpatia com o fontismo com episódicas aproximações à esquerda progressista<sup>34</sup>. Morreu disputado por uns e por outros, estimado pelo rei e venerado pelo povo, que sempre viu nele um interlocutor mais próximo do que os grandes corifeus dos partidos tradicionais.

Ao longo de quase meio século, sete vezes foi vencido e sete vezes se reergueu: em 1836, pelo setembrismo; em 1842, pelo cabralismo; em 1851, pela Regeneração; em 1862, pela «unha-negra»; em 1868, pela pressão reformista; em 1871, pela geração de 70 e pelos constituintes; finalmente, em 1878, pela pressa dos regeneradores em regressarem ao poder. Nenhuma das derrotas foi definitiva; quem o vencia sabia que, mais tarde ou mais cedo, a providência o haveria de fazer voltar.

Ao longo da vida teve amigos do peito e inimigos de estimação. Houve amizades e ódios que se tornaram marcantes pelo seu significado político. Parece que, nos Açores, D. Pedro engraçou com o jovem e dinâmico Ávila.

---

<sup>33</sup> Aquando das eleições de Dezembro de 1852 e de Novembro de 1856, Ávila era o presidente em exercício do chamado Centro Eleitoral Cartista de Lisboa, na altura uma espécie de directório do Partido Cartista. Em Abril de 1858, quando o conde de Tomar apareceu a reivindicar a liderança dos cartistas, numa estratégia de reafirmação política pessoal, Ávila entregou a presidência ao marquês de Fronteira, desligando-se definitivamente da linha dura do cabralismo. Um mês depois, nas eleições gerais, o «avilismo» capitaneava a máquina eleitoral histórica e o cartismo-cabralismo aliara-se à oposição regeneradora (v. José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o Signo do Consenso. A Política e os Partidos entre 1851 e 1861* (dissertação de mestrado), Lisboa, FCSH-UNL, 1997, vol. II, quadros a pp. 550-552).

<sup>34</sup> Sem nunca ter sido progressista, ou sequer aliado directo dos progressistas, Ávila como que deixou que os progressistas pensassem isso em 1878-1879, numa altura em que andava zangado com os regeneradores pela sem-cerimónia com que haviam sabotado o seu último governo na Câmara dos Deputados em Janeiro de 1878. O governo progressista de 1879-1881 começou, aliás, por receber o explícito apoio dos «avilistas». Mas, nos finais de 1880, a propósito da «fornada de pares» projectada por Braamcamp, Ávila deu ordem ao seu «grupo de amigos» para voltar à barricada regeneradora, para grande pena de José Luciano de Castro [Marques Gomes, *História de Portugal*, vol. XII, pp. 495 e 510-511, e carta de José Luciano de Castro ao visconde de Valmor (7-1-1881), in *José Luciano de Castro. Correspondência Política (1858-1911)*, organização, introdução e notas de Fernando Moreira, ICS/Quetzal, 1998, p. 116].

Terá sido o imperador a recomendá-lo a Palmela, com quem Ávila manteve sempre uma relação de admiração e deferência, e este a Rodrigo da Fonseca. Foi Rodrigo que o filiou no cartismo em 1834 e que lhe supervisionou a carreira e as opções nos anos seguintes. Mas a relação entre os dois esfriou a partir dos anos 40, sobretudo depois que Ávila se tornou ministro do conde de Tomar, em 1849, contra o qual o centrismo de Rodrigo movia oposição. Depois da Regeneração, Rodrigo serviu Saldanha; Ávila manteve-se à parte. Numa carta de 1855 Fontes dá conta a um colega do governo de que Ávila estava contra Rodrigo «como uma bicha»; tudo porque «o Rodrigo lhe não responde às suas cartas». E, divertido, acrescentava: «O nosso colega [Rodrigo] que lhe escreva [a Ávila] uma carta d'amores<sup>35</sup>.» Quando, finalmente, a «raposa» (alunha de Rodrigo, em homenagem à sua bem conhecida manha política) morreu, em 1858, já Ávila era ministro de Loulé.

Contra Garrett ficaram célebres os duelos travados em 1841, quando Ávila era ministro da Fazenda e o próprio Garrett um ministeriável ordeiro. Competindo no mesmo espaço, o choque entre os dois era o do confronto verbal entre o «homem das cifras» e o «homem das letras»<sup>36</sup>. Trinta anos depois, os «homens das letras» tinham mudado, mas a lendária teimosia do «homem das cifras», entretanto promovido a presidente do Conselho, mantinha-se. Além de odiado pela geração de 70, Ávila tinha ainda, em 1871, como um dos seus principais inimigos jurados José Dias Ferreira — o maior aventureiro político do tempo, que estivera com Ávila em 1868, mas que agora apostava derrubá-lo através do Partido Constituinte. Para os constituintes, bem como para a ortodoxia reformista, Ávila era, na mais delicada das apreciações, o «Sr. de Bolama».

Mas o ódio de estimação de Ávila, aliás retribuído, era José Estêvão Coelho de Magalhães. Rivalizando em talentos tribunícios, José Estêvão viera da esquerda radical para a Regeneração saldanhista e desta para a tentativa de lançar um «partido liberal» que compromettesse, pela esquerda, o Partido Histórico, nos anos 60; Ávila começara cartista, fora depois ordeiro, não aderira de imediato à Regeneração (politicamente «chamuscado» que estava pela sua colaboração na última administração cabralista) e era, no

---

<sup>35</sup> Carta de Fontes Pereira de Melo a um colega de governo, Paris, 27-11-1855, in *Biblioteca Nacional de Lisboa*, «Reservados», correspondência de Fontes Pereira de Melo, caixa 169, n.º 131. A resposta de Rodrigo a Jervis de Atouguia foi dilatória: que Fontes, na altura em Paris, fosse conversando com Ávila, que estava também na capital francesa como comissário régio da Exposição Universal... (*ibid.*, caixa 169, n.º 166).

<sup>36</sup> José Augusto Barbosa Colen, *História de Portugal popular e ilustrada de Manuel Pinheiro Chagas, continuada desde a chegada de D. Pedro IV à Europa até aos nossos dias*, vol. x, Lisboa, 1904, p. 497. Convém acrescentar que o pai de Garrett era, como Ávila, um açoriano da ilha do Faial, pelo que não é de desprezar a existência entre os dois de velhas contas «regionalistas» e insulares a ajustar.

princípio dos anos 60, o lastro conservador do governo histórico, que servia de tampão à abertura desse mesmo governo ao «partido liberal» de José Estêvão. Depois de vinte anos de mútua rejeição mais ou menos silenciosa mediram forças na remodelação ministerial de Fevereiro de 1862: para José Estêvão entrar para o governo era preciso que Ávila saísse — o que não podiam era coexistir juntos<sup>37</sup>. É, aliás, possível que Ávila antipatizasse com José Estêvão pelas mesmíssimas razões por que este também o odiava: um e outro cultivavam a imagem de *free-lancer*, de não alinhado, de voz crítica e imparcial — Ávila na direita do liberalismo, José Estêvão na esquerda do liberalismo.

Em relação a Fontes Pereira de Melo, o maior estadista português da segunda metade do século XIX, houve sempre contraditórios sentimentos de admiração e rejeição. Quem lê os anais parlamentares dos anos 50 percebe a incontida inveja com que Ávila investia contra os melhoramentos materiais do fontismo, sobretudo porque, uma vez chegado ao governo, não hesitou em copiar as políticas do rival. Em público, tratavam-se generosamente, trocando afabilidades mútuas<sup>38</sup>, mas não perdiam oportunidade para se embrenharem em longas discussões financeiras, terreno em que estavam os dois absolutamente seguros de si. Na década de 1870, a admiração, ou o interesse, terminou por sobrepor-se à inveja: «avilistas» e regeneradores firmaram uma aliança conservadora<sup>39</sup>, cujo fruto foi o à-vontade com que se realizou a transição ministerial de 1877<sup>40</sup>. Tal como Fontes, Ávila era um «transformista», um adepto do «oportunismo político». Eram dois homens condenados a entenderem-se: é mesmo possível que Ávila tivesse sido o corifeu do «fontismo» (naquilo que ele simbolizava em termos de modelo de gestão política)... se não existisse Fontes Pereira de Melo.

O extraordinário é que a cumplicidade com Fontes corria nos interstícios da amizade e cumplicidade que mantinha com os esquerdistas Sá da Bandeira e Alves Martins, o bispo de Viseu. Ávila nutria por Sá da Bandeira uma genuína simpatia: gostava da frontalidade plebeia do velho herói, que, aliás, se parecia muito com ele na aversão que tinha a rótulos e arrumações partidárias demasiado estanques. Durante toda a vida, Sá da Bandeira foi mais um «humanista» que pairou sobre a esquerda da monarquia do que um político de bastidores. Quando colaboraram juntos no governo, em 1865 e

---

<sup>37</sup> José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o Signo do Consenso*, vol. 1, p. 412.

<sup>38</sup> Eduardo Tavares, *Galeria Parlamentar ou Para-Lamentar de 1858 contendo uma apreciação imparcial de cada um dos membros do parlamento da actual legislatura de 1858 oferecida ao bom senso do país*, Lisboa, 1858, p. 7.

<sup>39</sup> Entre outras coisas, patente no apoio prestado pelos «avilistas» aos projectos de reforma da Carta Constitucional apresentados pelo Partido Regenerador contra as propostas oposicionistas do Partido Histórico em 1872.

<sup>40</sup> Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, pp. 107-108.

em 1870, percebeu-se o que é que unia um conservador como Ávila a um velhote excêntrico cujas ideias políticas D. Pedro V qualificara como «mais do que completamente democráticas»<sup>41</sup>: Sá da Bandeira era o lado simpático e popular do governo e Ávila o seu apoio realista e empreendedor. Algo idêntico se passava com o bispo de Viseu, líder dos reformistas: teoricamente mais vocacionado para as coisas do céu do que da terra, Alves Martins emprestava o nome para agradar à cauda radical que o seguia, mas tratava de manter Ávila por perto, como uma espécie de ponte de ligação aos meios circunspectos e sérios da finança, da direita e do Paço<sup>42</sup>.

Tudo visto, a via de ascensão social avilista foi uma longa e tenaz carreira de serviço público, na administração e na política, que se estendeu ao longo de meio século, desde a presidência da Câmara Municipal da Horta, em 1831, até à presidência vitalícia da Câmara dos Pares, cadeira que ocupava à data da sua morte<sup>43</sup>. Pelo meio foi governador civil, deputado, ministro, conselheiro de Estado, par do reino, presidente do Conselho, diplomata, comissário régio ou delegado em diversos congressos e exposições internacionais e representante governamental em outras tantas comissões de serviço. Foi este longo currículo que o catapultou para ser, também e paralelamente, presidente da Companhia das Lezírias desde 1859 até à sua morte, fundador e primeiro governador da Companhia do Crédito Predial Português desde 1863 até à sua morte (o lugar passou então para José Luciano de Castro), governador do Banco Hipotecário, para onde entrou na primeira metade dos anos 60, e cujo erário fez prosperar, nos anos 70, antes de passar a pasta a Fontes Pereira de Melo, alto quadro do Banco de Portugal desde os anos 40, presidente do Supremo Tribunal Administrativo nos anos 60 e 70, além de vice-presidente da Academia Real das Ciências entre 1859 e 1865, membro decano do Conservatório Dramático (por afinidade conjugal) e vice-presidente honorário da Companhia do Canal do Suez (uma distinção concedida pelo governo francês, quando Ávila foi embaixador em Paris, em 1868). Esta interminável folha de serviços, de óbvia nomeada

<sup>41</sup> *Cartas de D. Pedro V ao Príncipe Alberto*, pp. 193-194.

<sup>42</sup> Há evidências de que a dupla Sá-Viseu se sentia muitas vezes órfã ou desamparada se não se alargasse à *troika* Sá-Viseu-Ávila. Em Abril de 1869, na agonia do governo reformista, Sá da Bandeira quis recauchutar o governo com a entrada de Ávila (carta do marquês de Sá da Bandeira a D. Luís, 13-4-1869, in *Arquivo Nacional da Torre do Tombo*, «Cartório da casa real», caixa 7337, capilha 348, doc. 12). Não o tendo conseguido, bateu com a porta em Agosto, cedendo o lugar a Loulé. No Outono de 1870, o bispo de Viseu nem hesitou: designado para suceder, na Presidência do Conselho a Sá da Bandeira, entregou de imediato a liderança do executivo a Ávila, preferindo ser apenas ministro. Era a confissão de um estranho jogo perigoso, em que a esquerda parecia não conseguir ser governo sem ser escorada por Ávila — pese embora a sua presença não tardasse a irritar as bases mais plebeias dessa mesma esquerda...

<sup>43</sup> Nas palavras do visconde de Sanches de Baena e de Albano da Silveira Pinto, a ascensão social e nobilitação de Ávila decorriam dos seus «talentos» e «virtudes», acumulados «por feitos distintos à pátria, pelo incontestado mérito individual e por singular serviço público» (*Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, vol. 1, Lisboa, 1883-1890, p. 167).



social, fazia dele uma das figuras públicas mais atarefadas da política da Regeneração. Na base desta faceta de verdadeiro homem dos sete ofícios estava o típico *self-made-man*. D. Pedro e Rodrigo da Fonseca Magalhães lançaram-no em 1834, mas desde os primeiros anos da sua vida política Ávila demonstrou não ter outro patrono que não o seu próprio sentido de sobrevivência e afirmação política.

A carreira que protagonizou é um dos melhores exemplos da centralidade que o parlamento tinha no percurso de um político no século passado: foi o trabalho quotidiano, no plenário e em comissões, bem como os vastos recursos da sua oratória que o fizeram notado, primeiro, temido e respeitado, depois<sup>44</sup>. Sucessivamente eleito para onze legislaturas<sup>45</sup>, entre 1834 e 1860, foi depois elevado ao pariato, onde esteve mais vinte anos, entre 1861 e 1881. Na duas câmaras do parlamento sentou-se, por junto, ao longo de quarenta e sete anos, com duas únicas e breves interrupções: o Congresso Constituinte setembrista, para o qual recusou ser eleito em 1837-1838, e o período de 1845-1847, durante o qual, foragido ao cabralismo, esteve em comissões de serviço na Madeira e no estrangeiro.

No parlamento foi quase tudo o que um seu membro eleito poderia ser: secretário do hemiciclo, membro, membro relator ou presidente de dezenas de comissões parlamentares que a rotina ou a conjuntura iam formando e líder de bancada<sup>46</sup>. Teria dado um excelente taquígrafo, como alguns colegas parodia-

---

<sup>44</sup> Nos bastidores do trabalho parlamentar, que aprendeu a dominar como poucos, e mediante a sua capacidade de negociação política, Ávila construiu também, sobretudo a partir da Regeneração, uma rede de dependências e de «clientela» fiel que viria a dar corpo político ao chamado — e ainda hoje muito pouco conhecido — «avilismo». Na política do século passado dificilmente se triunfava sem estes punhados de «amigos», que secundavam o «chefe» no parlamento, na imprensa, nas eleições, nas ruas.

<sup>45</sup> Ávila foi eleito em 1834 pela Horta, em 1838 pela Horta e Évora, em 1840 pela Horta, Évora, Beja e Feira (como substituto), em 1842 pela Estremadura e pelos Açores, em 1847 pela Beira Alta, em 1851 por Chaves e Beja, em 1852 por Beja e Vila Real, em 1856 por Vila Real, em 1858 por Vila Real, Porto, Feira e Beja, em 1860 e 1861 por Oliveira de Azeméis. Em Agosto de 1836 saíra também eleito pela província do Alentejo para a legislatura que não chegou a realizar-se em virtude da eclosão da revolução de Setembro. Para além destas eleições, foram inúmeras as vezes em que foi reeleito durante uma legislatura para preenchimento de vacaturas, chegando ao malabarismo de se substituir a si próprio, ou seja, de ser eleito para o lugar de deputado que suspendia, nos termos legais, quando assumia uma pasta ministerial!

<sup>46</sup> Entre 1834 e 1881, Ávila foi membro de cerca de 70 comissões parlamentares, sensivelmente 30 na Câmara dos Deputados e 40 na Câmara dos Pares. É impossível uma sistematização, mas é possível notar uma tendencial especialização nas Comissões da Fazenda, Estatística, Negócios Externos e Administração Pública. Nos últimos anos, na Câmara dos Pares, as funções de presidente levaram-no a ser, quase anualmente, membro relator da Comissão de Resposta ao Discurso da Coroa. O levantamento do elenco das comissões parlamentares de Ávila foi levado a cabo pela equipa autora do *Dicionário Biográfico Parlamentar*, coordenado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

vam, não estivesse essa função cometida a funcionários especialmente recrutados para o efeito. Poderia ter sido, previsivelmente, presidente da Câmara dos Deputados, se não tivesse forçado a sua ascensão ao pariato em 1861. Na verdade, as más-línguas diziam que o arminho de par fora desde sempre um dos seus mais acarinhados sonhos. Quando a conveniência política do governo de Loulé aconselhou a D. Pedro V uma fornada de pares durante a Primavera de 1861, Ávila, que era então ministro, pressionou o rei, ameaçando demitir-se do governo se não fosse contemplado com a nomeação para par. D. Pedro, reconhecendo a contragosto que era ele quem escorava a frágil autoridade de Loulé, acedeu ao pedido<sup>47</sup>. Como recorda o marquês de Fronteira, no dia em que Ávila tomou assento no pariato «deixava ver um ar risonho e uma lágrima nos olhos»<sup>48</sup>. Onze anos depois, no Outono de 1872, sucedeu a Loulé na presidência da Câmara dos Pares, naquilo que o próprio considerou, com falsa modéstia, «um diploma de reforma»<sup>49</sup>. Durante nove anos, entre 1872 e 1881, orientou cerca de quatro centenas de sessões do pariato.

Desde 1834 até à morte produziu cerca de 2200 intervenções nas duas casas do parlamento<sup>50</sup>: só o «tribuno do povo» José Estêvão Coelho de Magalhães terá, porventura, falado mais do que Ávila. A sua prolixidade não se compadece com esquematizações. Poucas eram as matérias em que não tinha uma palavra a dizer, uma substituição ou emenda a sugerir, uma interpelação a fazer ou um projecto de lei alternativo a oferecer. Com o seu sentido inato da política, era especialista em aparecer nos momentos de crise, clarificando os campos, marcando a agenda e o rumo dos acontecimentos. Dos debates de verificação de poderes às altas questões institucionais, sociais ou diplomáticas, passando pelos problemas mais técnicos ou contabilísticos dos orçamentos, da administração ou das obras públicas, a sua palavra era sempre de peso.

São múltiplos os retratos que ficaram dos talentos oratórios de Ávila. Barbosa Colen lembrava, historiando a sessão parlamentar de 1848, que a sua fisionomia «enquadrada na barba espessa e curta, ainda então só ligeiramente encanecida, tomava ao falar uma impressão dura, que contradizia com a serenidade afectuosa do seu trato íntimo»<sup>51</sup>. Mais crítico, Marques Gomes lembrava a sua irascibilidade e, enquanto novo, a espaços uma certa falta de prudência e circunspecção, «que lhe advieram depois». Mas na sua especialidade — a fazenda — «era um orador de primeira ordem. Fluente e muito conhecedor do assunto, ocupava

<sup>47</sup> V. toda a história em Júlio de Vilhema, *D. Pedro V e o Seu Reinado*, vol. II, pp. 41-43.

<sup>48</sup> *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, vol. IV, p. 39.

<sup>49</sup> *Diário da Câmara dos Pares*, sessão de 21-1-1878, p. 211.

<sup>50</sup> O levantamento exaustivo das suas intervenções na Câmara dos Deputados e na Câmara dos Pares foi levado a cabo pela já referida equipa autora do *Dicionário Biográfico Parlamentar*, coordenada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>51</sup> Barbosa Colen, *História de Portugal*, vol. XI, p. 281.

sessões inteiras e seguidas sem se cansar nem cansar a câmara»<sup>52</sup>. Também os genealogistas lhe louvaram o «afincado amor ao estudo e ao trabalho», o «desvelo e interesse pelo serviço do Estado» e a «sólida probidade», compondo o retrato de um «orador fluente e bom argumentador, mais veemente e nervoso na réplica do que na invectiva»<sup>53</sup>. Já os seus críticos (fosse a esquerda, até 1841, fossem os cabralistas, a partir de 1842) declaravam-no detentor de uma «verbosidade inatural», como candidato a «um lugar distinto» entre os «faladores insuportáveis»<sup>54</sup>. Em 1853, Cunha Rivara parodiava-o como «um implacável regimentista»<sup>55</sup>; em 1858, um opúsculo elogiava-o como um tribuno «felicíssimo no improvisado e terrível na réplica»<sup>56</sup>. Nos anos 70, a princesa Rattazzi notava que «a sua dicção, nem sempre absolutamente nítida, não prejudicava todavia a sua argumentação, profundamente lógica»<sup>57</sup>.

A leitura dos seus discursos e intervenções na Câmara dos Deputados ou na Câmara dos Pares revela um pensamento alinhado e esquemático, de «estilo desflorado» e «sem ornatos parasitas»<sup>58</sup>, típico de um parlamentar que não se perdia em abstrações. Conhecedor profundo de todas as manhas do regimento das câmaras, revelava-se sempre um negociador persistente, atento às várias sensibilidades em presença. Se fosse preciso falar durante dezenas de páginas e horas a fio, fazia-o, como a 1 de Abril de 1845, dia em que monopolizou as sessões diurna e nocturna da Câmara dos Deputados com uma cerrada e demolidora análise à política do Ministério da Fazenda cabralista. Mas, se por vezes cedia à tentação de fazer a autobiografia, não precisava, como outros, de remontar à antiguidade, recordar os Descobrimentos ou exhibir erudição colhida em autores estrangeiros para fazer valer os seus pontos de vista.

Os seus discursos financeiros aparecem sempre crivados de números, cifrões, fracções, quadros e tabelas: eram tecnicamente densos e matematicamente irrepreensíveis. Aliás, quando se via em dificuldades, Ávila puxava o assunto para as cifras, onde, imodestamente, considerava sempre estar «num belíssimo terreno»<sup>59</sup>. Foi assim que em 1841, quando se estreou como ministro da Fazenda, silenciou Garrett, naturalmente pouco afeito aos malabarismos contabilísticos do Estado, e desafiou desabridamente Sá da Bandeira (na altura seu adversário setembrista) para que o viesse «ensinar as economias

---

<sup>52</sup> Marques Gomes, *ibid.*, vol. XII, p. 136.

<sup>53</sup> Visconde de Sanches de Baena e Albano da Silveira Pinto, *op. cit.*, vol. I, p. 166.

<sup>54</sup> D. José Maria Correia de Lacerda, *Um papel político. Hontem, hoje e amanhã*, Lisboa, 1842, p. 132.

<sup>55</sup> Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Apontamentos sobre os oradores parlamentares em 1853 por um deputado*, Lisboa, 1853, pp. 9-11.

<sup>56</sup> Eduardo Tavares, *Galeria Parlamentar...*, cit., p. 7.

<sup>57</sup> Maria Rattazzi, *op. cit.*, p. 477.

<sup>58</sup> «Esboços e perfis: António José de Ávila», in *Periódico dos Pobres no Porto*, 7-11-1857.

<sup>59</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 12-8-1842, p. 119.

que eu posso fazer»<sup>60</sup>. Na política, em geral, e nas finanças, em particular, «tinha opiniões suas, ideias próprias e orientação pessoal» — e «defendia-as numa exposição tão nítida e emparedava-as em tão sólidas deduções que para o vencer era preciso fugir da discussão para a agressão»<sup>61</sup>.

Aquela primeira gerência da pasta da Fazenda, entre Junho de 1841 e Fevereiro de 1842, lançou-o para a ribalta e fez dele um dos homens mais controversos da situação política do momento. As oposições não lhe perdoaram nunca os procedimentos financeiros que adoptou, forjando-lhe a imagem de serventuário da grande agiotagem, que inumanamente calcava aos pés os «despojos» dos «infelizes empregados públicos»<sup>62</sup>. Quando passou à oposição anti-cabralista, a partir de 1842, afirmou-se como um dos mais terríveis escrutinadores da política financeira do ministério. Um opúsculo de 1845 descrevia-o como «íntegro», «probo», «económico» a ponto de «mesquinho», asseverando que por detrás da «fisionomia atractiva» do «Hércules da oposição cartista» estava sempre o interpelador infatigável: «Mal do ministro que Ávila chama a contas porque não há júri imparcial que o absolva»<sup>63</sup>.» Ficaram célebres nesses anos os seus duelos parlamentares sobre finanças com José Bernardo da Silva Cabral e com João de Oliveira, barão do Tojal, ministro da Fazenda do governo da «restauração» cabralista. Em 1852, aquando da discussão das medidas financeiras de Fontes Pereira de Melo, a bancada da futura dissidência histórica teve de render-se à evidência — o melhor adversário de Fontes não estava entre eles; era Ávila, sentado na bancada da direita cartista. Fronteira anotou então nas suas *Memórias* que os discursos por ele pronunciados «fizeram grande impressão no público»<sup>64</sup>.

Com Silva Carvalho e Fontes Pereira de Melo, Ávila completa a *troika* dos maiores especialistas em finanças públicas do século XIX português. Em 1857, meses depois de ter regressado, pela mão de Loulé, à pasta da Fazenda, um laudatório artigo d'*O Periódico dos Pobres no Porto* alongava-se em considerandos acerca dos talentos necessários ao currículo do «político-financeiro»: a França tivera Turgot e Quesnay; Portugal tinha António José de Ávila. Ali estava ele, com o seu «zelo», a sua «capacidade nos negócios», a sua «insaciável avidez de investigar, de saber, de aperfeiçoar-se», a sua «fronte espaçosa, gesto sobranceiro, olhar impávido, palavra fácil e incisiva, período seco, nervoso e cortante», ao serviço do «rigor lógico», da «coerên-

<sup>60</sup> *Ibid.*, sessão de 9-9-1841, p. 77.

<sup>61</sup> José Augusto Barbosa Colen, *História de Portugal*, vol. x, p. 511.

<sup>62</sup> D. José Maria Correia de Lacerda, *op. cit.*, p. 131. A fama pública de devorista e agiota, cobrador de impostos e opressor dos pobres, haveria de persegui-lo sempre. Ainda em 1869, dele se dizia: «A miséria, a contribuição e o *déficit* — eis os três inimigos do povo; mas são estes os três inseparáveis amigos do sr. Conde de Ávila» (Frederico Rohau Palmeirim, *O Duque de Saldanha e Mendes Leal ou as celebridades contemporâneas*, Lisboa, 1869, p. 10.)

<sup>63</sup> *Quadro político, histórico e biográfico do Parlamento de 1842 por um eremita da Serra d'Arga*, Lisboa, 1845, p. 93.

<sup>64</sup> *Memórias do Marquês de Fronteira e Alorna*, vol. iv, p. 445.

cia nas deduções», da «habilidade prática», da «ciência dos factos», de uma «clareza metódica e implacável». O artigo recenseava os inúmeros méritos, pessoais e profissionais, de tão preclaro servidor pátrio e terminava afirmando que na tribuna «ainda não saiu deseirado da pugna, e mais de uma vez ficaram do seu lado as palmas». Havia apenas um senão: a irascibilidade, «que às vezes lhe faz perder a decorosa placidez e superioridade de ânimo»<sup>65</sup>.

É verdade que Ávila, por vezes, se irritava quando era frontalmente contrariado; e não é menos verdade que a sua oratória cerrada, onde alternava a acrimónia com a cortesia, a teimosia com a afabilidade, tinha também o condão de desesperar os adversários mais impacientes e mais truculentos. Os que gostavam de o provocar diziam que ele tinha a «inestimável virtude política» de, no calor de uma discussão, «sacrificar até a própria conveniência à necessidade de dizer o que sente»<sup>66</sup>. E quem por vezes dizia o que sentia arriscava-se a receber o que não queria. Numa das sessões da legislatura de 1858-1859, Augusto Machado de Faria e Maia, deputado açoriano patrocinado por José Estêvão, esteve a pontos de se pegar com Ávila (na altura ministro de Loulé), tendo-lhe mesmo arremessado um tinteiro à cara. Parece que Ávila se desviou a tempo. Quanto a Faria e Maia, fugiu para Paris (com uma amante), onde se meteu no negócio dos caminhos de ferro<sup>67</sup>.

O segredo de Ávila parece ter sido o de todos os que subiam na vida e na consideração pública a pulso: estudo, trabalho e dedicação. A origem humilde afastou-o dos ambientes demasiado *dandies* que a mundanidade liberal oferecia. Desde a universidade tomou o gosto pelo estudo laborioso e infatigável. Todos lhe reconheciam a tenacidade, a pontualidade e o carácter «consciencioso» que punha em qualquer tarefa. Tinha uma «pasmosa» memória para cálculos e datas e uma capacidade de concentração invulgar<sup>68</sup>. Mesmo quando era ministro, nunca ficava à espera de que outros lhe resolvessem problemas ou o informassem de assuntos pendentes: várias vezes atravessava as arcadas do Terreiro do Paço, onde ficava o ministério, para, «embuçado na sua capa», ir conferenciar com colegas, coligir números numa repartição ou colher por si mesmo as informações de que necessitava<sup>69</sup>.

---

<sup>65</sup> *O Periódico dos Pobres no Porto*, 7-11-1857.

<sup>66</sup> *Quadro político, histórico e biográfico...*, p. 92.

<sup>67</sup> Carlos Roma Machado de Faria e Maia, *Memórias da Vila Roma e das famílias que com a família Roma tiveram mais relações de parentesco ou de amizade*, Lisboa, 1940, p. 154. Agradeço ao Dr. Paulo Silveira e Sousa a informação acerca deste episódio caricato da carreira parlamentar de Ávila. Refira-se que entre Faria e Maia e Ávila parecia existir mais do que a rivalidade própria, nos anos 50, entre um cartista e um regenerador. Sendo ambos açorianos, não é de desprezar a influência de velhas querelas próprias do meio insular, como as que, anos mais tarde, viriam a dividir tão profundamente o faialense Ávila e o micalense Antero de Quental.

<sup>68</sup> *O Periódico dos Pobres no Porto*, 7-11-1857.

<sup>69</sup> Brito Rebelo, *Occidente*, n.º 87, Lisboa, 21-5-1881.

Conta-se que era dos que não regateavam levar trabalho para casa. Durante anos não teve casa própria em Lisboa, vivendo numa das velhas celas monásticas do Palácio de São Bento, paredes meias com a sala da Câmara dos Deputados. Isso permitia-lhe ser dos primeiros a chegar ao local de trabalho e dos últimos a sair — isto quando não ficava a fazer serão nos Passos Perdidos. Os deputados que pela primeira vez iam chegando a São Bento quase o confundiam com o contínuo da Câmara, circunstância que levou Ávila a receber a alcunha de «Mestre de Cerimónias do parlamento»<sup>70</sup>. É verdade que os seus talentos de «legislador experimentado» e de «filósofo prudente»<sup>71</sup> não evitavam por vezes uma certa precipitação nas propostas de medidas legislativas: a ânsia de tudo fazer, e de muito fazer depressa, levava-o, ou aos avilistas, a lançar às vezes para a mesa substituições ou emendas a projectos de lei que, nesse mesmo dia ou na véspera, tinham sido por ele(s) apresentados<sup>72</sup>!

Foram os seus consagrados «conhecimentos profundos das forças físicas, morais e políticas»<sup>73</sup> do país que o tornaram o maior especialista contemporâneo em assuntos de estatística e de cadastro. Herdeiro, na matéria, de uma tradição que vinha de Adrien Balbi e de Marino Miguel Franzini, Ávila foi o representante português nos inúmeros congressos internacionais de estatística em que o terceiro quartel do século XIX foi fértil<sup>74</sup>, tendo feito também boa figura nas reuniões internacionais sobre unificação da moeda<sup>75</sup>.

---

<sup>70</sup> Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Apontamentos sobre os oradores parlamentares de 1853*, p. 9. Vale a pena notar, a propósito da estreita ligação de Ávila ao parlamento, como instituição, que ele foi «frequentador assíduo» das comissões parlamentares especiais, formadas para resolver problemas de funcionamento interno da representação nacional. A título de exemplo, foi membro da comissão especial para a publicação do *Diário da Câmara*, em 1854, da comissão especial para o melhoramento desse mesmo *Diário* e extractos das sessões, em 1860, das comissões especiais para escrutínio das contas da Câmara, em 1865 e 1866, ou da comissão especial para estudo da projectada reforma da Câmara dos Pares, em 1869.

<sup>71</sup> Augusto Ribeiro, «O marquez d'Ávila e Bolama», cit., pp. 152-153.

<sup>72</sup> V. a apreciação de Fr. Bruno do Céu na sua *Carta ao Ill.<sup>mo</sup> e Ex.<sup>mo</sup> Sr. António José de Ávila, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda e Estrangeiros, por ocasião da publicação da Lei de Abril de 1861 relativa à desamortização dos bens dos Conventos, Mitras e Cabidos*, Lisboa, 1861, p. 3.

<sup>73</sup> André Meireles do Canto e Castro, *Quelques mots sur son Excellence Monsieur le Marquis d'Ávila et de Bolama*, p. 18, e Augusto Ribeiro, «O marquez d'Ávila e Bolama», cit., p. 155.

<sup>74</sup> V., sobre o contributo de Ávila para os progressos da estatística em Portugal, António Pinto Ravara, «A classificação socio-profissional em Portugal (1806-1930)», in *Análise Social*, n.ºs 103-104, Lisboa, 1988, máxime pp. 1162-1166. O próprio Ávila deixou detalhados relatórios sobre os trabalhos dos Congressos Internacionais de Estatística de 1853 (em Bruxelas) e de 1863 (em Berlim), nos quais foi representante do governo português.

<sup>75</sup> Particularmente notável, e notada, foi a sua participação no Congresso para a Unificação da Moeda, reunido em Paris em 1867, no qual defendeu a utilidade de um acordo entre a França, a Inglaterra e os Estados Unidos para o estabelecimento de um padrão monetário único que facilitasse as trocas comerciais internacionais (André Meireles do Canto e Castro, *op. cit.*, pp. 19-22).

Quando viajava, era em representação do Estado ou, por iniciativa própria, no que pessoalmente considerava missões de estudo. Ao longo de vários meses de 1845, 1846 e 1847 fugiu da agitação política que incendiava o país, demorando-se pelo Norte de Itália, pela Suíça e pela França, onde uma comissão de serviço o enviara a coligir informações e métodos para a organização de um cadastro do reino. O empenho e a obsessão que pôs nessa missão (da qual resultou o famoso *Relatório sobre o Cadastro* de 1848), bem como a insistência com que toda a vida se bateu pela organização, em Portugal, do cadastro, que considerava instrumento imprescindível para variadas reformas administrativas, fiscais e fundiárias, valeram-lhe ficar conhecido pelo *Cadastrone!* Imediatamente antes de ser de novo chamado ao governo, na Primavera de 1849, esteve num congresso de capitalistas e financeiros em Nápoles.

As finanças ou, mais genericamente, a economia política eram a sua grande especialidade. Desde a década de 1840 aprendeu a tratar por tu a banca e a agiotagem. A partir do final dos anos 50 ninguém tinha a sombra de uma dúvida de que só Ávila garantia credibilidade financeira aos confusos governos históricos de Loulé<sup>76</sup>. O mesmo pode dizer-se dos anos 1868-1871, a propósito da maneira expedita com que o bispo de Viseu, chefe dos reformistas, não largava Ávila, na esperança de que este lhe conseguisse as «economias» que apregoava, sem ter a mínima ideia de como fazê-las. Bem podiam os históricos radicais e os reformistas bradar que ele atraíçoaava as mais populistas aspirações da esquerda que o tolerava como ministro: enquanto não se inventasse uma política sem finanças, ou enquanto a esquerda ruidosa e plebeia não produzisse um credível homem de cifras, Ávila era incontornável e, por isso, indispensável<sup>77</sup>.

---

<sup>76</sup> Como se comentava a propósito das relações entre Loulé e Ávila dentro do governo histórico em 1861, «o ministro da Fazenda começou a passar aos olhos de muitos como o eixo fundamental sobre que girava toda a máquina do Partido Histórico. No parlamento era ele o primeiro vulto do ministério; na imprensa chamavam os escribas que era o génio tutelar da situação (*O Ministério, o Rei e o País. Revelações*, Lisboa, 1861, p. 19).

<sup>77</sup> Além de Ávila, e não sendo, nem Loulé, nem Sá da Bandeira, especialistas em finanças públicas, a esquerda produziu apenas um ministro da Fazenda medianamente credível: Joaquim Tomás Lobo de Ávila, o futuro conde de Valbom. Tendo começado democrata em 1848, aderira à Regeneração em 1851 para logo se zangar com Fontes Pereira de Melo, saltando para a «unha negra» do Partido Histórico. Fanático dos caminhos de ferro, Lobo de Ávila sucedeu a António José de Ávila na pasta da Fazenda em Fevereiro de 1862, na remodelação ministerial que assegurou a viragem à esquerda do governo de Loulé. Caiu em Abril de 1865, depois de uma gerência ministerial muito difícil, cheia de questiúnculas pessoais e pautada pelo zigzaguear entre a «unha branca» do executivo e as pressões da «rua». Esquecido pelos reformistas do bispo de Viseu, que preferiram chamar António José de Ávila, Lobo de Ávila só regressaria ao governo, novamente sob Loulé, em 1869-1870, para a pasta das Obras Públicas. Foi depois embaixador em Madrid e Paris e, já no ocaso da vida, fugaz ministro dos Estrangeiros em 1891-1892.



É, contudo, redutor confinar a sua biografia à de um talentoso financeiro. A historiografia tem passado por cima de uma sua outra faceta: a do diplomata paciente, hábil negociador de bastidores, com que firmou créditos sempre que ocupou a pasta ministerial dos Negócios Estrangeiros. Vale a pena deixar registado que, das 19 pastas ministeriais que ocupou em 10 governos diferentes entre 1841 e 1878, foi 7 vezes ministro da Fazenda e 6 vezes ministro dos Negócios Estrangeiros<sup>78</sup>. O remanescente foram três passagens pelo Ministério do Reino (em acumulação com outras tantas Presidências do Conselho), duas passagens pela pasta dos Negócios Eclesiásticos e Justiça e uma estada interina nas Obras Públicas, Comércio e Indústria<sup>79</sup>. O capital de experiência e contactos que Ávila levou para o Ministério dos Negócios Estrangeiros vinha-lhe das funções de comissário régio, para que invariavelmente era chamado sempre que se tratava de representar o país em exposições internacionais<sup>80</sup>. Foi também isto que lhe permitiu continuar lá fora a actividade política que temporariamente se lhe fechava cá dentro: quando o governo da fusão subiu ao poder, Ávila fez-se nomear (ou, segundo outra versão, a fusão nomeou-o, para o afastar e neutralizar) embaixador em Madrid em 1866. Tomando-lhe o gosto, foi depois, mas brevemente, embaixador em Paris nos finais de 1868. Uma das maiores provas dos talentos e tenacidade de Ávila na condução dos negócios estrangeiros é, ainda hoje, o absoluto primor com que preparou, durante anos, o *dossier* sobre a ilha de Bolama e o fez vingar, arrancando dos Estados Unidos uma arbitragem favorável a Portugal, na querela diplomática que mantinha com a Inglaterra<sup>81</sup>.

Era, indiscutivelmente, um liberal convicto e um indefectível monárquico<sup>82</sup>. Os panegiristas açorianos gostam muito de realçar a influência do meio

---

<sup>78</sup> Fazenda: 1841, 1849-1851, 1851 (Maio), 1857-1859, 1860-1862, 1865 e 1870; Estrangeiros: 1860-1862, 1865, 1868, 1870, 1870-1871 e 1877-1878.

<sup>79</sup> V. elencos governativos em Manuel José Pinto dos Santos, *Monarquia Constitucional. Organização e relações do poder governamental com a Câmara dos Deputados (1834-1910)*, Lisboa, Assembleia da República, 1986. Ávila foi ministro do Reino nos governos a que presidiu, em 1868, 1870-1871 e 1877-1878, ministro dos Eclesiásticos e Justiça em 1857-1859 e, por um curto período, em 1870, e ministro das Obras Públicas durante o seu segundo governo, entre Outubro de 1870 e Março de 1871.

<sup>80</sup> Foi comissário régio nas Exposições Universais de Paris, em 1855 e 1867, e Viena, em 1873.

<sup>81</sup> A documentação depositada no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, no Palácio das Necessidades, lá está para atestar todos os passos que deu, desde 1861 a 1870, para oferecer a Portugal uma saborosa vitória numa causa que muitos davam como perdida (v. *Arquivo Histórico Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Documentação Vária*, caixa 995, «Questão de Bolama»).

<sup>82</sup> «Dedicado extremosamente à Dinastia de Bragança, conservou-se sempre ao lado dos princípios que ela representa na sociedade portuguesa, velando com cuidadoso recato pela conservação das instituições liberais que lhe dão força» (Augusto Ribeiro, «O marquez d'Ávila e Bolama», cit., p. 153).

nas crenças individuais, cunhando a imagem que um dia Manuel de Arriaga — outro político ilhéu — assim resumiu: «Os homens que nascem sobre aqueles penedos, nascem livres, e jamais podem ser cobardes»<sup>83</sup>.» Um historiador dos Açores recorda a propósito que, especificamente no Faial, a ilha natal de Ávila, «até as pedras da calçada eram constitucionais»<sup>84</sup>.

Apesar de se ter formado em Filosofia em Coimbra, Ávila era muito mais um político de acção do que um filósofo do liberalismo. Se algumas vezes especulou, como outros, acerca da superioridade moral da causa liberal sobre o regime absolutista, ou de como a mesma se obtivera com inenarráveis sacrifícios, teve sempre do liberalismo uma visão prosaica e positiva — a história encarregara-se de o fazer triunfar; restava aos homens utilizarem-no para empreenderem a melhoria das suas sociedades.

Nele, «o estudo da filosofia, levando-o a pensar sobre as duas teorias políticas que então se debatiam no plano dos factos», fê-lo dedicar «as suas lucubrações às ciências económicas, base verdadeira de todo o sistema político»<sup>85</sup>. Como recorda outro biógrafo, tratava-se de um estadista «onde os altos pensamentos da filosofia vinham unir-se à sageza do legislador»<sup>86</sup>. Tendo lido em Coimbra os clássicos do pensamento, extraiu deles as novas teorias administrativas, económicas, contabilísticas, com que se propôs orientar a sua forma de fazer política. Para lá das suas simpatias partidárias mais particulares, preocupou-se sempre com as realizações práticas do liberalismo. A escassa produção literária que deixou — composta de discursos parlamentares, projectos legislativos, relatórios de serviço — revela essencialmente um estudioso de gabinete. Mesmo quando se dedicou à literatura foi para traduzir, a pedido do visconde de Castilho, a parte dos *Fastos*, de Ovídio, referente ao sistema monetário dos Romanos e ao peso do pão romano<sup>87</sup>.

Pese embora a sua preferência por um liberalismo menos ideológico e belicoso e mais desideologizado e tecnocrático, Ávila estreou-se em 1834 com uma postura doutrinária. Estava-se então na ressaca da guerra civil: ao contrário da segunda metade do século, os ânimos andavam ainda muito exaltados para que fosse questão secundária o inquirir-se donde chegavam, e com quem estavam, os que vinham para a política. Durante anos, o seu credo foi o do cartismo, por ele entendido como o conjunto de garantias de «lealdade e dedicação» ao texto da Carta Constitucional de 1826. Contra o «bando de facciosos» cujo «criminoso intento» era «derrubar» a ordem po-

---

<sup>83</sup> Cit. por Brito Rebelo, *Occidente*, n.º 86, Lisboa, 11-5-1881.

<sup>84</sup> Marcelino Lima, *A loucura do ideal (Miguelistas e Liberais na Ilha do Faial)*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1931, p. 17.

<sup>85</sup> Brito Rebelo, *Occidente*, n.º 86, 11-5-1881.

<sup>86</sup> André Meireles do Canto e Castro, *op. cit.*, p. 11.

<sup>87</sup> Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário Bibliográfico Português*, t. VIII (1.º do suplemento), Lisboa, 1867, p. 196.

lítica instaurada pela Carta (ou seja, contra a esquerda radical antidevorista), garantia invariavelmente: «Há-de ver-me, e aos meus amigos, entre os mais estrénuos defensores, triunfar ou sucumbir com ela<sup>88</sup>.» Este cartismo puro, que tanto seduziu Cabral nos anos 40, permitindo, aliás, a colaboração entre os dois entre 1849 e 1851, chegou até à Regeneração. Em 1848, quando se ajustaram as contas sobre a guerra civil da Patuleia, Ávila encontrou ocasião para reafirmar as suas convicções: «Se o partido cartista tem os seus registos em ordem, lá encontrará o meu nome, senão como um dos seus mais estrénuos defensores, ao menos como um daqueles que nunca renegam os princípios que formam o credo político desse partido<sup>89</sup>.»

Se por cartismo, em 1848, se entendesse a ortodoxia pura do cabralismo, a história viria a desmenti-lo. A partir de 1851, e ao longo de toda a primeira década da Regeneração, Ávila recusou morrer politicamente com o seu ex-patrono, distanciando-se progressivamente do incómodo lastro de cabralismo com que se comprometera. Mas, se renegou o ex-patrono, é verdade que não desertou da ideologia cartista. Com extraordinário tino político e sentido de sobrevivência, tratou então de transmutar o cartismo puro, de que se dizia guardião, num legalismo de cariz mais maleável e centrista, adaptável aos novos tempos da Regeneração<sup>90</sup>. Foi, todavia, esse legalismo que, corajosamente, o levou a avançar contra o Acto Adicional de 1852, com o qual podia até concordar com certos princípios, mas do qual não podia aceitar a forma como se realizou — violando a letra da Carta, através de uma assumpção parlamentar de poderes constituintes<sup>91</sup>.

Pela vida fora, aliás, a Carta Constitucional e, com ela, um certo entendimento ordeiro do sistema político português foram sempre as barreiras da sua actuação. Quando, nos anos 70, a opinião pública mais progressista começou a falar na reforma da Carta e na hipotética abolição do pariato, Ávila torceu o nariz à ideia. Mas não lhe fechou completamente a porta. À inglesa, disse, evasivamente, que não se opunha «de modo algum» à reforma da Carta e, em geral, ao melhoramento das instituições; mas que isso se fizesse por provada necessidade, «pelos meios estabelecidos», e não «tumultuariamente» ou «revolucionariamente»<sup>92</sup>. Vinha de longe: tinha visto os custos das revoluções, da instabilidade e da desordem. Por ele, jamais o país reeditaria o caos.

<sup>88</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 4-3-1839, p. 460.

<sup>89</sup> *Ibid.*, sessão de 26-2-1848, p. 10.

<sup>90</sup> V., para a posição do cartismo «avilista» nas eleições de 1856, José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o Signo do Consenso*, vol. 1, pp. 324-327 (*A transmutação do Partido Cartista*).

<sup>91</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 6-3-1852, pp. 87-89.

<sup>92</sup> *Ibid.*, sessão de 6-3-1877, p. 517.

Se a fidelidade à Carta aproximou durante algum tempo Ávila e Cabral, o primeiro cultivava um estilo que contrastava fortemente com o segundo. O cartismo do primeiro nunca foi exclusivista ou sectário, como o cabralismo teve de ser. Ávila era um carácter moderado e, a espaços, prudentemente abstencionista: revelou sempre um grande talento para fugir ao envolvimento directo, e politicamente comprometedor, nas lutas entre os partidos, sobretudo durante as décadas de 1830 e 1840. Isto, que muitas vezes o embaraçava, sempre que alguém lhe perguntava onde estivera num ou noutro momento particularmente quente, permitia-lhe reaparecer sempre como um neutral servidor do bem público. Sabe-se, por exemplo, que era anti-setembrista: mas no momento em que o setembrismo silenciou a sua cauda radical, encetando o percurso a caminho do centro ordeiro, lá foi Ávila ao encontro dele, aceitando a Constituição de 1838 e apoiando as administrações ordeiras do seu mentor Rodrigo da Fonseca, enquanto a Carta Constitucional não regressava.

Quando o acusavam de ser traidor ou vira-casaca, começava por se irritar; mas logo invocava um certo sentido de imparcialidade, de distanciamento, face às voltas e reviravoltas da política mais «facciosa». A profissão de fé que fez no parlamento em 1834 acompanhou-o durante toda a vida: «Tenho pura a consciência, e só segundo ela votarei; não me animam paixões, nem de amizade nem de ódio, porque dentro desta sala, ponho de parte todas as personalidades e só me lembro do meu dever; só tenho em vista que sou deputado na nação portuguesa<sup>93</sup>.»

Ao serviço da nação portuguesa e de Sua Majestade bateu-se sempre por um certo espírito de reconciliação, de fraternal encontro ao centro. Nisto era um fiel herdeiro da tática «pasteleira» de Rodrigo, depois transmutada no conhecido «oportunismo» de Fontes Pereira de Melo. Percebeu, desde cedo, que o liberalismo da Carta viveria tanto melhor quando melhor cooptasse os seus potenciais inimigos extremistas. Em 1840 foi um dos obreiros da amnistia que o governo concedeu aos miguelistas sentenciados pela conspiração das Marnotas em 1837. Fugindo às acusações de que a mesma se destinava, interesseiramente, a comprar o apoio eleitoral dos sequazes de D. Miguel, declarou que não duvidava interceder a favor dos excluídos do regime porque «sempre quisera acabar com a nefasta divisão na família portuguesa»<sup>94</sup>. Onze anos antes de Saldanha, já Ávila pregava aqui ser «necessário a todo o custo acabar com uma cisão que nos dividia, e cicatrizar quanto se pudesse, as profundas feridas das nossas dissensões»<sup>95</sup>.

---

<sup>93</sup> Sessão da Câmara dos Deputados de 13-9-1834, in *Gazeta Oficial do Governo*, 3-10-1834, p. 423.

<sup>94</sup> Maria Teresa Mónica, *Errâncias Miguelistas (1834-1843)*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1997, p. 294.

<sup>95</sup> Id., *ibid.*, p. 299.

Se, em 1848, as feridas já não eram entre liberais e absolutistas, mas entre os cartistas e os homens da Junta do Porto, o tom do discurso avilista era o mesmo: que «todos os portugueses» fechassem «os olhos ao passado», lançando «um véu espesso sobre ele». E continuava: «Nós somos poucos, para quê dividirmo-nos mais do que estamos [...] sou português [...] e quisera que de uma vez para sempre acabassem as funestas dissensões que nos assassinam»<sup>96</sup>.» Na exacta medida em que a Regeneração parecia simbolizar a reconciliação que sepultaria as divisões da família portuguesa, Ávila integrou-se nos novos tempos que se abriram em 1851. De entre todas as figuras que lideraram o processo político português entre 1834 e 1851, foi porventura o que melhor se adaptou à nova era do «fontismo». Também Saldanha, Loulé, Terceira, Aguiar ou Sá da Bandeira passaram de corifeus do primeiro liberalismo a políticos da Regeneração. Mas nenhum rejuvenesceu tanto como Ávila.

São inúmeros os testemunhos da sagaz forma como se rendeu lentamente às virtudes do chamado «oportunismo político». Os detractores não tinham dúvidas de que era um eterno crítico e um eterno disponível para tudo e para todos, cujas acções ou propostas eram «sempre dirigidas a colher os votos dos incautos, que a maior parte das vezes caem na rede» — uma prática que dava lugar a supor-se que estaria «sempre da parte daquele que lhe oferecer uma pasta»<sup>97</sup>. Em 1861, a «unha negra» histórica arrasava-lhe a reputação, retratando-o como «um intrigante audacioso, branqueador da reputação alheia, volatim de todas as cordas políticas, hoje [...] reaccionário espaventoso [...] depois tribuno faccioso das orgias democráticas»<sup>98</sup>. Eram os tempos em que a palavra de ordem da esquerda extremista era obrigar Loulé a escolher entre o bom povo patriota e o pseudoprogressista ministro Ávila.

Quando, em 1868, atingiu a sua primeira Presidência do Concelho, a Lisboa radical da «Janeirinha» logo bradou que se tratava de um homem que «não tinha princípios políticos». O passado de Ávila foi criticamente escrutinado pela voraz imprensa dos clubes: fora anticabralista, mas aceitara ser ministro de Cabral em 1849; opusera-se à primeira administração Saldanha, mas aceitara a nomeação regeneradora para comissário régio em Paris em 1855; depois de ter sido histórico, virara-se contra Loulé nos anos 60, pese embora tenha aceite deste o lugar de governador do Banco Hipotecário; hostilizara o gabinete da fusão, mas aceitara ser embaixador do mesmo em Madrid<sup>99</sup>.

Tudo isto, que era verdade, e moralmente reprovável aos olhos dos radicais, era o «pão nosso de cada dia» do regime monárquico. Bem podia Dias

<sup>96</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 26-2-1848, p. 4.

<sup>97</sup> Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, *Apontamentos sobre os oradores parlamentares em 1853...*, pp. 9-11.

<sup>98</sup> *O Ministério, o Rei e o País. Revelações*, p. 6.

<sup>99</sup> Marques Gomes, *História de Portugal*, vol. XII, p. 299.

Ferreira, no auge do seu ódio antiavilista, proclamar que «o Sr. Marquês de Bolama é o tartufo que afivela todas as máscaras, é o catavento que volta a todas as direcções, é o barro que recebe todas as formas»<sup>100</sup>, ou Osório de Vasconcelos (deputado reformista) acusá-lo de ser o homem «de todas as situações, de todos os princípios, de todas as ideias, de todos os partidos [...] capaz de estar hoje em Sião e amanhã em Babilónia»<sup>101</sup> — o que interessava era que os tempos não eram já propícios a intransigências sectárias, mas, bem ao invés, à adopção de um *modus vivendi* tolerante, cujo segredo, como explicava Fontes, era convidar todos e com todos colaborar, sem inquirir donde vinham. Em 1877, um jornal regenerador resumiu a situação política de Ávila, declarando que ele «era de todos os grupos e não era de nenhum»: nele não existiam «incompatibilidades políticas», na medida em que também não existiam «compromissos» duráveis<sup>102</sup>. A tudo se prestava: a ser governo ou oposição, sustentáculo de governos alheios ou oposição à oposição.

Os panegiristas exageram um pouco quando escrevem que ele «jamais fazia oposição sistemática aos gabinetes com os quais não estava em correlação de ideias ou de princípios»<sup>103</sup>. Mas não deixa de ser verdade que, mesmo quando discordava dos adversários políticos, não perdia nunca de vista a fundamental unidade de propósitos que atravessava o *establishment* monárquico, expressa na ideia de que, com a Regeneração, superadas as querelas fundadoras do liberalismo, o desafio comum era o da consolidação desse mesmo liberalismo, tanto mais e melhor operada quanto mais se apostasse numa linguagem pragmática, utilitária, desideologizada, apostada na reconciliação, na estabilidade e na ordem, como pré-condições para um efectivo progresso, numa era em que, tirando uma ou outra excepção patológica, todos eram essencialmente progressistas<sup>104</sup>. Para ele, a política ideológica sectária era coisa do passado. Como um dia explicou, lapidarmente, «o que domina hoje a situação são as questões económicas»<sup>105</sup>. Nenhum jovem fontista explicaria melhor o verdadeiro espírito da Regeneração.

Neste clima, Ávila terminou por suscitar, a espaços, um entendimento especial do que era o rotativismo. Como explicava um articulista imparcial, durante grande parte dos anos 60 e 70, «quando qualquer partido estava no poder, toda a gente sabia qual o ministério que o substituiria mal ele caísse —

---

<sup>100</sup> *O Partido Constituinte*, 29-6-1871.

<sup>101</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 27-5-1871, p. 775.

<sup>102</sup> *Diário Ilustrado*, 4-3-1877.

<sup>103</sup> André Meireles do Canto e Castro, *op. cit.*, p. 13.

<sup>104</sup> Sobre o «espírito» e o modelo de cultura política da Regeneração, v. José Miguel Sardica, *A Regeneração sob o Signo do Consenso*, vol. 1, cap. iv, *máxime* pp. 172-195.

<sup>105</sup> Sessão da Câmara dos Deputados de 23-3-1861, in *Diário do Governo* de 27-3-1861, p. 884.

era o ministério avilista [...] o Sr. Duque de Ávila tinha, pela autoridade do seu nome e da sua posição, pela honradez proverbial do seu carácter leal, a confiança de todos os partidos combatentes, que lhe facilitavam o advento ao poder, para descansarem — descansados — das lutas políticas»<sup>106</sup>. Em suma, Ávila quase se tornou o elemento de mediação do modelo rotativista: entre regeneradores e históricos (ou progressistas), entre o sistema e as pressões radicais da «rua», lá estava o plástico marquês/duque, amortecendo transições, administrando expectativas cruzadas, dando o supérfluo a todos e reservando o essencial para si.

Apesar de ter entrado para a história como um adversário do governo da fusão de 1865-1868, o facto é que, ideologicamente, era um «fusionista». Como revelou um dia na Câmara dos Pares, fora ele um dos primeiros a propor a Fontes Pereira de Melo uma fusão em 1861, plano que reiterara ao mesmo Fontes, a Casal Ribeiro e a Mártens Ferrão em Abril de 1865<sup>107</sup> ... na mesma altura, aliás, em que fazia idêntico conselho a Sá da Bandeira<sup>108</sup>. Só na medida em que os regeneradores preferiram entender-se com os históricos (e, por isso, a maioria parlamentar histórica, em Abril de 1865, recusou uma fusão capitaneada por Sá da Bandeira), Ávila enveredou pela oposição ao «bloco central» de 1865-1868, que temporariamente o excluía da ribalta política. Mas a ideia da fusão nunca morreu na sua alma. Eis o que sobre isso tinha para dizer em 1871: «Há muitos anos que eu julgo não só possível mas até conveniente, para a causa pública, congregar todos os homens importantes do país num só pensamento, e formar assim uma administração desassomburada e inteiramente entregue aos cuidados do bom governo desta terra<sup>109</sup>.»

«Fusionista» a seu modo, oportunista como Fontes, centrista como recomendava o espírito do século, Ávila era um político expedito. Em 1868, com pressa de chegar à chefia do governo, e perante a insistência de Dias Ferreira em ver clarificada a linha de actuação do futuro executivo antes de aceitar o convite para o integrar, respondeu-lhe «entremos primeiro, e depois conversamos»<sup>110</sup>. Semanas depois, quando o conde de Peniche, nos Pares, mandou para a mesa uma nota de interpelação, Ávila desarmou-o imediatamente, declarando que estava pronto para lhe responder naquele mesmo dia, com isso recusando esclarecimentos no dia seguinte<sup>111</sup>.

Para além de expedito, era um taticista, aceitando sujeitar os princípios a uma estratégia traçada. Foi, aliás, um caso raro: normalmente, o senso

<sup>106</sup> Gervásio Lobato, *Occidente*, n.º 86, 11-5-1881.

<sup>107</sup> *Diário da Câmara dos Pares*, sessão de 18-3-1871, p. 35.

<sup>108</sup> V. as revelações do próprio Sá da Bandeira na sessão da Câmara dos Deputados de 25-4-1865, in *Diário do Governo*, 27-4-1865, pp. 1080-1081.

<sup>109</sup> *Diário da Câmara dos Pares*, sessão de 18-3-1871.

<sup>110</sup> Marques Gomes, *História de Portugal*, vol. XII, p. 300.

<sup>111</sup> *Id.*, *ibid.*, p. 312.



comum diz que os políticos se tornam mais integristas e ortodoxos à medida que envelhecem. No caso de Ávila, a idade e a experiência não lhe atrofiaram a flexibilidade política; bem ao contrário. Se Oliveira Martins tinha uma certa razão quando, a propósito da política financeira seguida por Ávila em 1849-1851, dizia que o então ministro da Fazenda, «apesar de novo» na idade, era «velho no pensar»<sup>112</sup>, o próprio se encarregou, nos anos seguintes, de o desmentir, patenteando uma louvável abertura à mudança e à inovação, desde que provadamente úteis e comandadas por mãos conservadoras. Não sendo, como, por exemplo, o era Passos Manuel, um admirador compulsivo de legislação nova... só porque era nova, revelou sempre cuidado e prudência na realização de reformas. Em Março de 1877, quando o parlamento começou a falar da urgência de uma reforma eleitoral, apareceu a deitar água na fervura, declarando que a Câmara não tinha tempo de se ocupar já dessa questão por haver outras mais prementes<sup>113</sup>. Mas foi ele que rascunhou a proposta legislativa que, apadrinhada por Fontes em 1878, haveria de conferir o voto a todos os chefes de família<sup>114</sup>.

Em matéria eleitoral, aliás, estava bastante mais à esquerda do que, por exemplo, em matéria financeira. Em 1848, numa altura em que era presidente da Comissão Eleitoral Parlamentar, redigiu um projecto de lei de código eleitoral contrário ao espírito do cartismo mais extremista, então capitaneado por José Bernardo da Silva Cabral, em cujo preâmbulo expunha ser seu interesse «vivificar» o sistema representativo, fazendo do acto eleitoral o porta-voz efectivo da «vontade geral». A reminiscência rousseaneana destinava-se a justificar o sentido do projecto, que era o de reduzir a abusiva ingerência dos executivos nas eleições, para o que a comissão propunha, seguindo as doutrinas da «Europa livre», as eleições directas e uma extensa lista de incompatibilidades<sup>115</sup>. Mesmo nos assuntos financeiros — onde começou por exhibir, em 1841, um «façanhudo proceder»<sup>116</sup> —, o tempo e as conveniências temperaram-lhe a teimosia. Em 1849, quando regressou à pasta das Finanças, ainda «jurava pela amortização» (seguindo a linha dita «doutrinária» de Francisco António Campos ou do barão do Tojal) contra o futuro princípio fontista da capitalização da dívida<sup>117</sup>; em 1852 engalfinhou-se com Fontes Pereira de Melo em torno do assunto, tendo sido, em 1856,

---

<sup>112</sup> Oliveira Martins, *Portugal Contemporâneo*, 9.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Guimarães Editores, 1986, vol. II, p. 270.

<sup>113</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 9-3-1877, p. 566.

<sup>114</sup> Maria Filomena Mónica, *Fontes Pereira de Melo*, p. 119.

<sup>115</sup> António José de Ávila, *Projecto de Lei de Código Eleitoral de 5 de Junho de 1848*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1848.

<sup>116</sup> D. José Maria de Lacerda, *op. cit.*, p. 130.

<sup>117</sup> Oliveira Martins, *op. cit.*, pp. 270-272.

um dos promotores dos abaixo-assinados contra a política financeira «fontista». Mas depois, como escreveu, sarcástico, Oliveira Martins, na medida em que a Regeneração conseguiu reabrir efectivamente as portas ao crédito estrangeiro, «Ávila, senão convertido, aderindo às ideias novas, deixava-se ir na corrente»<sup>118</sup>. E a prova desta rendição é que a política financeira do governo histórico de 1857-1862 — a seu cargo, como titular da pasta — nunca diferiu substancialmente da política fontista dos «melhoramentos materiais». Por intermédio de Ávila, históricos e regeneradores vieram mesmo a estabelecer uma contiguidade programática, logo criticada pela «unha negra» antiavilista e pelo futuro Partido Reformista. E, quando por acaso o acusavam de ter metido na gaveta a ortodoxia financeira que advogara nos anos 40 — a da necessária liquidação do *deficit* como propedêutica para uma política de melhoramentos —, respondia candidamente que os tempos eram outros. Se evoluiu em finanças, evoluiu também em muitos outros campos, sempre de olho nas vantagens conjunturais da mudança. Haja em vista a sempre candente questão dos tabacos: fora do governo, em 1857, era advogado da *régie* estatal; no governo, em 1860-1861, declarou preferir o arrendamento, levantando um coro de protestos da esquerda, que o acusava de ter vendido a sua consciência ao *lobby* tabaqueiro<sup>119</sup>.

Para lá das variações táticas, e como que balizando o seu *savoir faire* «oportunista», estava a singular posição que ele efectivamente ocupara no campo político português depois de 1851 e a que a historiografia não tem dado a devida relevância. Partilhando, com muitos outros, a retórica centrista da Regeneração, Ávila carregava um capital simbólico politicamente útil — ele era o representante, por excelência, do conservadorismo dentro e ao serviço da monarquia constitucional.

Vale a pena escutar o que, acerca dos rumos do conservadorismo, afirmou o marquês de Valada em 1871. Na sua análise, a «extrema-direita» liberal liquidara-se em 1851, com a derrota de Cabral, após o que perdera, sucessivamente, as batalhas dos vínculos, da desamortização e do Código Civil. Depois de 1851, toda a política se tornara progressista: todos queriam inovar, desenvolver e não conservar; o país deixara de ter políticos que falassem em nome da «ordem social», da «religião», da «inviolabilidade da família e da propriedade»; deixara de ter vultos moderados e comedidos que soubessem servir de travão às audácias das novas gerações políticas<sup>120</sup>. É claro que, para

<sup>118</sup> Id., *ibid.*, p. 279.

<sup>119</sup> Maria Filomena Mónica, *O Tabaco e o Poder. 100 anos da Companhia dos Tabacos de Portugal*, Lisboa, Quetzal Editores, 1992, pp. 13-14; v. o «Relatório acerca da administração e monopólio do Tabaco por conta do governo apresentado ao Ministro da Fazenda em 11 de Fevereiro de 1857», da autoria de Ávila, publicado no *Diário do Governo* de 23-3-1857, no qual declarava preferir a *régie* estatal à arrematação particular do monopólio.

<sup>120</sup> *Diário da Câmara dos Pares*, sessão de 13-3-1871, pp. 18-19.

Valada, Ávila nunca seria o Edmund Burke português — e, por isso, a sua análise era um lamento crítico.

Mas, se é um facto que Ávila não era um conservador antigo, ele foi um dos poucos políticos que, verdadeiramente, preencheram o vazio que a morte do conservadorismo em 1851 criara. O «avilismo» não era a extrema-direita da Regeneração. Estando à esquerda da herança cabralista, tornou-se uma espécie de direita liberal plástica, não reaccionária, mas em momentos-chave, como na crucial conjuntura de 1868-1871, garante da «ordem social» e da «religião», mesmo quando aceitava que a «família» e a «propriedade» há muito se tinham libertado — e irreversivelmente — do antigo regime. O facto de o «avilismo» ter dado as mãos aos históricos, a Sá da Bandeira, ou aos reformistas, não deve obscurecer o essencial. Se dava as mãos, e quando dava, não era por se ter rendido à esquerda: era para ser governo à custa da esquerda, emprestando a essa mesma esquerda temporária credibilidade governativa. Foi isso que Loulé tardou a reconhecer e foi isso que os reformistas atiraram à cara do seu líder, o bispo de Viseu, quando este se aliou aos avilistas<sup>121</sup>.

Ávila nunca deixou de ser, geneticamente, um liberal conservador, fiel às raízes cartistas com que entrara para a política. Quase se suicidou, politicamente, com a colaboração que prestou a Cabral em 1849-1851. Quando este desapareceu, Ávila herdou-lhe a posição de chefe-de-fila do conservadorismo monárquico, expurgando-o do exclusivismo que o matara em 1851. O resultado disto foi o lugar especial de «alto mediador» ou «árbitro de recurso» que cunhou para si durante a Regeneração: quando o centro-direita residente do regime (o Partido Regenerador) estava perigosamente gasto, o sistema (pode ler-se o Paço) deixava que Ávila avançasse, em substituição de Fontes, para com a(s) esquerda(s) estabelecer governos de transição, de amortecimento, ou para pelo menos simular uma alternância que contentasse os adversários do fontismo. Desta forma, o rei gostava de Ávila, porque este lhe dava garantias de suficiente conservadorismo; Fontes gostava de Ávila, porque este lhe permitia descansar do poder sem que o seu programa político fosse seriamente posto em causa; os progressistas não hostilizavam abertamente os avilistas, sempre de olho em com eles estabelecerem uma plataforma de entendimento, ou alternância, que retirasse espaço aos regeneradores; finalmente, os reformistas, constituintes, penicheiros, clubes radicais e restantes esquerdistas também não fechavam a porta a uma aliança com os avilistas, se essa fosse a maneira de se fazerem ouvidos, de obterem alguma coisa de

---

<sup>121</sup> Para os reformistas mais críticos de 1871 era «injustificável» o facto de o presidente do Partido, o bispo de Viseu, se «haver lançado nos braços do sr. A. J. Ávila», esse «princípio negativo de ideias rasgadas». Ao fazê-lo, o estado-maior dos reformistas abdicara «das suas crenças», entregando-se, lamentavelmente, ao «chefe dos materialistas portugueses» (carta de Albano Coutinho a António Cabral de Sá Nogueira, 15-6-1871, in *Cartas Políticas de Albano Coutinho, antigo jornalista português*, Lisboa, 1871, p. 5).

um sistema que de outro modo os excluía ou, simplesmente, de se tornarem politicamente mais credíveis.

Era por tudo isto que, em rigor, Ávila pairava sobre a Regeneração. Já não era um político como os outros; atingira a rara categoria de «reserva» do regime — e era essa categoria que o tornava indispensável e que permitia que, partindo do seu espaço conservador, a todos pudesse estender a mão e com todos pudesse entender-se. Se dúvidas existissem, o próprio se encarregou de as dissipar quando, já idoso, traçou no parlamento um dos seus melhores auto-retratos: «Eu francamente delaro que toda a minha vida tenho sido considerado como pertencendo ao partido conservador, e não renego essa qualificação; todos os actos da minha vida provam porém que eu não compreendo que se possa ser conservador sem ser liberal e sem ser progressista [...] O conservador liberal, se não for progressista, é retrógrado, porque o mundo marcha, as instituições carecem de ser aperfeiçoadas todos os dias, à medida que progride a civilização, e quem estiver parado recua<sup>122</sup>.» Eis, em discurso directo, a pública defesa de um conservadorismo que vivia de ser liberal e que para isso... tinha de ser progressista!

Oliveira Martins, insuspeito de qualquer simpatia por Ávila, explicava a especial posição política por ele ocupada como a de «uma bomba de choque para amortecer a violência das transições»<sup>123</sup>. Para Costa Lobo, Ávila era «o chefe de um pequeno grupo aproveitado em casos difíceis para governos de transição»<sup>124</sup> — como o de 1868, entre a herança da fusão e as reivindicações expressas pela Janeirinha, o de 1870-1871, entre a herança da saldanhada e o difícil regresso à normalidade constitucional, e o seu último executivo, em 1877-1878, caricaturizado como uma pausa de descompressão para progressista ver, entre o primeiro e o segundo governos de Fontes. Quando morreu, o imparcial *Diário de Notícias* explicou luminosamente a imprescindível função que ele ocupava na política portuguesa: «um ponto de apoio ao mecanismo das instituições», sempre que nestas ocorriam «desequilíbrios violentos»<sup>125</sup>.

O avilismo era uma espécie de engrenagem suplementar, uma roda sobresselente para acudir a acidentes de percurso, uma espécie de *tiers-parti*, cuja magreza de efectivos era largamente compensada pela posição de charneira que normalmente desempenhava. Como sumaria um autor actual, o avilismo era o rótulo genérico por que era conhecido o «grupo de personalidades, heterogéneo e fluido» que gravitava em torno da figura de Ávila. Nunca tendo tido um apoio parlamentar sólido, nem alinhamentos políticos coerentes e

---

<sup>122</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 6-3-1877, pp. 516-517.

<sup>123</sup> Oliveira Martins, *op. cit.*, vol. II, p. 321.

<sup>124</sup> F. M. Costa Lobo, *O Conselheiro José Luciano de Castro e o Segundo Período Constitucional Monárquico*, Coimbra, 1841, p. 65.

<sup>125</sup> *Diário de Notícias*, 4-5-1881.

estáveis, o avilismo vivia do prestígio aglutinador de Ávila: tanto que, depois da sua morte, em 1881, a palavra desapareceu rapidamente do léxico português por entre falhadas tentativas de o constituir finalmente em partido político<sup>126</sup>.

Enquanto foi vivo, e em nome de uma imparcialidade apartidária que sempre gostou de invocar, sobretudo depois de 1851, Ávila nunca quis constituir um «partido político», como o regenerador ou o histórico. Contrastando com Fontes Pereira de Melo, que apostou, nos anos 70, em cristalizar uma máquina político-partidária sob seu controle, eis o que sobre o assunto dizia em 1870: «Pela minha parte, nunca tive a louca pretensão de ter um partido meu. Contento-me em pertencer ao partido dos homens que querem sinceramente o bem do seu país<sup>127</sup>.» Isto, que era verdade, escondia, no entanto, um cálculo: a existir, o «partido avilista» só poderia ter-se formado sobre os escombros do cabralismo (o que era politicamente incorrecto), sobrepondo-se aos regeneradores (o que era politicamente impossível) ou recolhendo quantos trãsfugas e descontentes fossem aparecendo (o que era politicamente perigoso). Tudo somado, Ávila percebeu que valia mais sozinho do que como líder partidário e que a influência que tinha seria tanto mais valorizada quando mais os outros vissem que nem precisara de partido para chegar onde chegara. Dito de forma simples, ele foi o «independente» político mais poderoso do constitucionalismo oitocentista. É, aliás, esta a tónica de quase todas as notas biográficas que abordam o problema do «avilismo». Era em tom encomiástico que, por exemplo, um jornal açoriano escrevia em 1880: «Não tem querido formar partido, porque para isso tinha de criar clientela, para o que é necessário algumas vezes desatender à lei, o que repugna ao seu carácter: o seu partido é portanto o da nação, e por isso apoia os actos de todos os ministros que considera úteis à nação, e reprova todos os que lhe julga adversos<sup>128</sup>.»

Os seus governos nunca eram exclusivamente avilistas: normalmente, Ávila era o cabeça-de-cartaz de uma qualquer coligação com regeneradores, históricos ou reformistas. Se é verdade que para alcançar o poder «jamais incensou as massas para delas obter apoio»<sup>129</sup> — muito ao contrário de

---

<sup>126</sup> Pedro Tavares de Almeida, *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel, 1991, p. 223, nota 4.

<sup>127</sup> *Diário da Câmara dos Pares*, sessão de 7-11-1870, p. 23.

<sup>128</sup> *O Grémio Litterario* (publicação quinzenal do Grémio Litterario Faialense), n.º 14, Horta, 1-12-1880. Não tendo constituído partido, não é de desprezar, contudo, como elemento central do «avilismo» o conjunto de votos de que Ávila dispunha na Câmara dos Pares, essencialmente gente que ascendera ao pariato nas fornadas conservadoras dos anos 40 e 50 e cuja identificação com a Regeneração fontista não era imediata. A influência de Ávila na Câmara dos Pares — conjuntamente com os seus talentos financeiros — foi, aliás, uma das mais ponderosas razões que levaram Loulé a convidá-lo para o governo em 1857. Tendo observado como o pariato barrara o executivo da Regeneração em 1856, Loulé quis precaver-se de um destino semelhante, «comprando» parte dos pares através de Ávila.

<sup>129</sup> André Meireles do Canto e Castro, *op. cit.*, p. 18.

Saldanha, cujo populismo se destinava a arranjar, em proveito próprio, uma espécie de indispensabilidade popular —, o facto é que Ávila foi cúmplice ou militante de quantos campos políticos o constitucionalismo português cunhou, à excepção da esquerda mais radical. Mas mesmo com esta teve contactos — quanto mais não fosse para garantir que, por seu intermédio, ela seria desarmada e cooptada.

Por detrás da sua retórica patriótica de fiel servidor da monarquia, Ávila era, literalmente, *a man for all seasons*. Quando Guilherme de Azevedo (sob o pseudónimo de João Rialto) o caricaturizou no *Álbum das Glórias*, de Rafael Bordalo Pinheiro, chamou-lhe a «vice-providência» de Portugal, o timoneiro a que o poder moderador, «em horas de crise» e para «felicidade deste povo», recorria, enviando-lhe a senha combinada: «Bolama, nau do Estado (em) bolandas. Venha segurar o leme.» E acrescentava: «Homem dotado de uma sinceridade antiga, o sr. Duque não trepidaria um só instante em aceitar o cargo de presidente da república, se a pátria desvairada amanhã a proclamasse<sup>130</sup>.» Ávila não viveu para assistir à República, mas, se tivesse durado lúcido mais uma década, era altamente provável que D. Carlos a ele tivesse recorrido para tentar acalmar os ânimos pós-últimato...

O próprio confirmou que se tratava de um homem para todas as causas, desde que elas servissem a pátria, o rei, a liberdade e o progresso. Um dia, em conversa com Teles de Vasconcelos, semanas depois de ter abandonado a sua última Presidência do Conselho, em 1878, confidenciou-lhe: «Que lhe parece, Teles? Vocês alarmam o país com os seus projectos; eu sou chamado para fazer serenar os ânimos; e quando tudo está apaziguado e sereno, intimam-me para deixar o poder. Parece que sou o bombeiro que vem apagar os incêndios que vocês atearam<sup>131</sup>.» O desabafo expressava o despeito pelos regeneradores, que lhe tinham, em 1878, retirado o tapete que lhe haviam estendido em 1877; por detrás da ironia, contudo, está um dos melhores enunciados, em auto-retrato, de quem era, e para que servia, António José de Ávila, nobilitado duque de Ávila e Bolama.

Estaria sempre onde a pátria o quisesse. Em 1841 estivera na Fazenda, embora jurando que «não foi a ambição de mando que me trouxe a esta posição»<sup>132</sup>. Em 1871 formara governo, continuando a declarar: «Nunca ambicionei o poder<sup>133</sup>.» Cultivava, à *outrance*, como era típico de um certo *ethos* oitocentista, um enorme desprendimento face ao poder. Dir-se-ia que proclamava o mesmo que o duque de Saldanha, embora de forma bastante

---

<sup>130</sup> Rafael Bordalo Pinheiro, *Álbum das Glórias* (edição fac-similada do original de 1880), Lisboa, Editorial Fragmentos, 1989, estampa n.º 8.

<sup>131</sup> Cit. por Teles de Vasconcelos, *Diário da Câmara dos Pares*, sessão de 8-3-1907, p. 362.

<sup>132</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 11-6-1841, p. 177.

<sup>133</sup> *Diário da Câmara dos Pares*, sessão de 14-9-1871, p. 74.

mais discreta: «Primeiro, que desejava a união universal em volta da coroa e o progresso económico do país; segundo, que era com imenso sacrifício que se via obrigado a tomar sobre si a tremenda responsabilidade de intervir nos negócios públicos; terceiro, que suspirava pelo dia em que o aliviassem de semelhante fardo; quarto, que se resignava a ele [ao fardo] para evitar males indescritíveis e fatais; quinto, que não tinha ambições, e que o não movia qualquer apetite de cargos, honras ou benesses<sup>134</sup>.» Tal como acontecia com Saldanha, era impossível esconder que Ávila possuía ambições. Só uma idílica visão da política e dos homens poderia sustentar que nos seus actos e opções não interferiam a pura ânsia do poder, o desejo narcísico de visibilidade, a pressa de ascender à ribalta; por isso, tal como Saldanha, «foi o que interessava ser, quando interessava sê-lo»<sup>135</sup>.

Não era, todavia, um puro aventureiro político, ou um despudorado carreirista. Melhor seria vê-lo como um corredor de fundo, um resistente, um estadista ágil, conciliador em momentos delicados, conservador em épocas de crise, agitador *quand-même*, sempre que as circunstâncias da agenda político-social, ou as suas próprias necessidades de sobrevivência política, o recomendavam. À semelhança de Fontes, e de todos os que com ele estavam, também repudiava o voluntarismo revolucionário como método de alcançar o progresso, revelando-se insensível a neuroses filosóficas sobre a irremediável decadência pátria, ou sobre o angustiante problema do atraso nacional. Nunca se identificou com a *intelligentsia* iconoclasta, crítica da Regeneração. No cume da idade e da experiência, tratou sempre a geração de 70 displicentemente, como uma juventude ocamente contestatária e perigosamente desordeira, o que não impediu que tivesse apanhado um susto com as conferências do Casino, cujo impacto na sociedade portuguesa claramente subestimou. Entrara para a política numa altura em que nem sequer o Portugal liberal era um dado adquirido: não podia ver com bons olhos que, em nome de utopias revolucionárias, os jovens dos anos 60 e 70 quisessem derrubar esse mesmo Portugal liberal de que, justamente, se considerava obreiro.

Sobre ser um confronto político, o choque de vontades e de projectos entre a sua geração e a geração de 70 revelava um confronto aberto entre duas formas distintas de conceber o «progresso» e a «civilização». Nos termos em que Vasco Pulido Valente colocou o problema, Ávila, Garrett, Herculano, em suma, os mais velhos, «tinham tido de escolher entre a Carta, as forcas de D. Miguel e o reino dos batalhões nacionais; tinham tido que sofrer várias guerras civis, incontáveis revoluções, o exílio, o medo e a miséria. Não lhes fora dado à partida um país tolerante e plácido, numa Europa em sos-

---

<sup>134</sup> Vasco Pulido Valente, «O que está dentro dos políticos», in *As Aversas*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Assírio e Alvim, 1990, p. 193.

<sup>135</sup> Id., *ibid.*, p. 192.



sego. Não o comparavam, por isso, com a ‘civilização’ de Londres, de Paris e de Berlim; comparavam-no ao império do fidalgo, do frade e do capitão-mor. Não lhes ocorria naturalmente que estivesse ‘decadente’. Pelo contrário, para lá das suas desilusões privadas, orgulhavam-se do seu evidente progresso<sup>136</sup>.» Exactamente por isso, Ávila detestava na geração de 70 a prosápia do intelectual descontente, fascinado pela civilização alheia e incapaz de reconhecer que Portugal, não sendo o melhor dos mundos, era, por comparação com um passado ainda recente, um mundo aceitável.

Todavia, sendo impermeável a uma atitude de «vencido da vida», cedeu a momentos de melancolia, a reflexos de amargura e cepticismo político. Em 1868, em correspondência privada com um governador civil do reino, a propósito de matéria eleitoral, falava «das ilusões da minha vida pública, já tão cheia de tristes desenganos»<sup>137</sup>. Em Janeiro de 1878, dias antes da queda do seu governo, choringava na tribuna parlamentar, declarando que «do poder não conheço senão amarguras e muitas desilusões»<sup>138</sup>.

A intimidade do político é sempre mais difícil de desvendar. Parece que «fora da irritante atmosfera da política» Ávila se pautava pela «mais perfeita urbanidade»<sup>139</sup>, revelando-se tolerante e conciliador. Nas reuniões íntimas com amigos trocava a pele do orador de Estado pela do *causeur agréable*, recitador, nas horas de ócio, de pedaços da literatura nacional e estrangeira<sup>140</sup>. Nas relações humanas era de uma «extrema afabilidade para com todos os que o procuram e que sempre nele encontram a justa protecção»<sup>141</sup>. Cultivava um certo sentido de vitimização, como couraça para rechaçar adversários e cativar simpatias. Sabia puxar a lágrima quando isso era politicamente lucrativo — como num célebre discurso parlamentar, no princípio de 1848, quando pediu na tribuna a reconciliação de todos os portugueses, numa tirada patriótica destinada a apagar «as funestas dissensões que nos assassinam»<sup>142</sup>. Mas era genuinamente emotivo. Chorou na Câmara dos Pares a profunda «comoção doméstica» que sofrera, ele e a mulher, com a morte da sogra, em Outubro de 1870, bem como o falecimento de Sá da Bandeira, em Janeiro de 1876. Em 1871 «humedeceram-se-lhe os olhos» quando leu a famosa carta de Antero, na qual se insinuava que renunciara ao seu apelido original «da Vila» para esconder a vergonha que teria do pai sapateiro<sup>143</sup>. Por uma vez, o humanista

<sup>136</sup> Id., «O livro único. Portugal Contemporâneo de Oliveira Martins», *ibid.*, pp. 69-70.

<sup>137</sup> Carta a um governador-civil do reino, Lisboa, 14-7-1868, in *Biblioteca Nacional de Lisboa*, «Reservados», cartas autógrafas do duque de Ávila e Bolama, caixa 169, n.º 141.

<sup>138</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 19-1-1878, p. 195.

<sup>139</sup> *O Periódico dos Pobres no Porto*, 7-11-1857.

<sup>140</sup> André Meireles do Canto e Castro, *op. cit.*, p. 26.

<sup>141</sup> *O Grémio Litterario*, 1-12-1880.

<sup>142</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 26-2-1848, p. 4.

<sup>143</sup> António Salgado Júnior, *História das Conferências do Casino*, Lisboa, 1930, p. 113.

Antero estava a ser desumano e injusto. A memória do pai foi algo que Ávila nunca renegou. Depois da sua morte, várias vezes lamentou, em público, o facto de o pai não ter assistido à sua ascensão e triunfo<sup>144</sup>. Ao longo da vida era sempre com enorme saudade que recordava o berço açoriano, recebendo com incontida alegria todas as homenagens que ao pai e a ele os conterrâneos faialenses endereçavam.

Apesar de ter casado tarde, em 1850, com 43 anos de idade, a dimensão da família foi algo que o conservadorismo de Ávila sempre prezou. A mulher, Emília Hegnauer, e a sogra, Cecília Hegnauer, foram uma constante companhia ao longo de trinta anos. Quando, em 1855, foi nomeado comissário régio para a Exposição Universal de Paris, fez finca-pé com Fontes Pereira de Melo, então ministro da Fazenda, exigindo 100 libras por mês e viagens pagas pelo Estado para se fazer acompanhar da mulher e da sogra<sup>145</sup>. Não se lhe conhecem declarações de amor à duquesa de Ávila, mas são concordes os testemunhos que assinalam o desvelo com que cuidava da mulher, bastante mais nova do que ele. O conde de Bertandos, que privava com ele, recordava-o como «um respeitabilíssimo chefe de família», cujo «carácter austero» apenas escondia «um crente com temor de Deus»<sup>146</sup>. Não devem ter passado de calúnia as insinuações d'*O Patriota* que falavam da sua correspondência amorosa com uma tal «francesa do relógio»<sup>147</sup>. Não teve descendência directa. O seu legado político transitou para o sobrinho, António José de Ávila Jr., 2.º marquês de Ávila e Bolama (filho do irmão, Manuel José de Ávila), também nascido no Faial, em 1842, militar de carreira, funcionário público, deputado nos anos 70 e 80 (sob patrocínio do tio) e par do reino<sup>148</sup>.

Na privacidade, a residência dos Ávilas configurava o ideal-tipo da respeitabilidade burguesa e do calor do aconchego doméstico. Nas palavras da princesa Rattazzi, não havia «nada de mais alegre e patriarcal do que o *at*

---

<sup>144</sup> Os pais de Ávila ainda eram vivos em 1864, quando António José se tornou conde. Conta quem viu que foi de olhos «orvalhados de lágrimas» e de «coração palpitante» que, sob «os tectos humildes» da sua «humilde vivenda», no Faial, os progenitores receberam a notícia (Augusto Ribeiro, «O marquez d'Ávila e Bolama», cit., p. 154).

<sup>145</sup> Carta confidencial de Fontes Pereira de Melo a um colega de governo, in *Biblioteca Nacional de Lisboa*, «Reservados», caixa 169, n.º 129.

<sup>146</sup> *Diário da Câmara dos Pares*, sessão de 8-3-1907, p. 364; v. também, sobre o ambiente familiar e o excelente relacionamento de Ávila com a mulher, o retrato de Augusto Ribeiro, «O marquez d'Ávila e Bolama», cit., p. 159.

<sup>147</sup> *Suplemento Burlusco d'O Patriota*, n.º 1813, Lisboa, Março de 1850.

<sup>148</sup> António José de Ávila Jr. herdou os títulos de conde de Ávila em 1890 e de marquês de Ávila e Bolama em 1903, por ocasião da visita de Afonso XIII de Espanha a Portugal. D. Carlos nunca lhe concedeu, contudo, a honra de herdar o título de duque. Foi deputado «avilista» nas legislaturas de 1875-1878, 1879 e 1880-1881, integrando-se, após a morte do tio, nas fileiras regeneradores, pelas quais saíu eleito para as câmaras de 1882-1884 e 1884-1887. A partir de 1886 tomou assento na Câmara dos Pares.

*home* do duque. A duquesa de Ávila era mais do que a sua companheira; era o seu colega [...] A sua caridade é proverbial. A preocupação dominante da duquesa é praticar o bem sem ruído nem ostentação. O seu culto pelo marido era tão comovente como respeitável. Dotada de uma simplicidade extrema e de uma benevolência encantadora, a duquesa tem o segredo de não despertar nunca a emulação das mulheres, que lhe perdoam de bom grado as simpatias e amizades que inspira. Não será essa a sua mais completa apologia? A sala dos duques de Ávila era uma das primeiras salas diplomáticas de Portugal»<sup>149</sup>. Um dos *habitués* destes serões declarava que «a casa do Marquês de Ávila e Bolama é ponto de reunião onde os principais homens públicos de Portugal vão discutir altas e importantes questões de interesse social, admirando as apreciáveis qualidades de orador que distinguem o nobre Marquês»<sup>150</sup>.

A afabilidade que praticava em família transitava para os relacionamentos sociais. Ávila era generoso para com os jovens em quem descortinava talento, apadrinhando as suas estreias políticas. Muitos anos após a sua morte, ainda Júlio de Vilhena lembrava as palavras que Ávila lhe dirigira, a ele, a Hintze Ribeiro e a Lopo Vaz, no princípio das suas carreiras políticas: «Vão entrar na aurora da vida, no governo do Estado. Não imaginam, não podem imaginar, a série de desgostos e de factos desagradáveis por que vão passar. Mas não se intimidem, nem se amedrontem. Trabalhem sempre pelo bem da sua pátria<sup>151</sup>.» O conde de Bertiandos, por seu turno, gostava sempre de recordar uma história que provava o carácter simples e leal de Ávila. Numa das vezes em que este fora ministro da Fazenda fora aberto concurso para o preenchimento de uma vaga na alfândega: de entre todos os bem recomendados para o lugar, Ávila escolhera um desconhecido e pobre amanuense, de nome Xavier de Araújo, apenas porque se lembrara de que com o pai deste mantivera, muitos anos antes, uma «obsequiosa amizade»<sup>152</sup>. Brito Rebelo, o noticiarista do *Occidente*, deixou mais um episódio deste género, passado com a sua mãe. Durante meses, na sua qualidade de «pobre viúva», com uma qualquer pretensão dependente do Ministério da Fazenda, tentara que a repartição competente lhe tratasse do problema. Um dia, na Baixa de Lisboa, um oficial de contas assinalara-lhe Ávila, que ia a passar, apressado. Apesar disso, escutou a ladainha da pobre senhora, que segurava pela mão o pequeno Brito Rebelo. No fim abriu a carteira, tirou uma folha, onde rabiscou o nome de um empregado das finanças, e mandou-a ir ter com ele. Em pouco tempo a pretensão que se arrastava foi resolvida<sup>153</sup>.

<sup>149</sup> Maria Rattazzi, *Portugal de Relance*, pp. 479-480.

<sup>150</sup> Augusto Ribeiro, «O marquez d'Ávila e Bolama», cit., p. 159.

<sup>151</sup> *Diário da Câmara dos Pares*, sessão de 8-3-1907, p. 365.

<sup>152</sup> *Ibid.*, p. 363.

<sup>153</sup> Brito Rebelo, *Occidente*, n.º 87, Lisboa, 21-5-1881.

Uma das mais simpáticas facetas de Ávila era a generosidade que discretamente exercia. Do seu bolso contribuía para muitas associações caritativas, confrarias, irmandades, causas públicas ou homenagens. Em 1840 ofereceu 24\$000 para o monumento de comemoração do desembarque dos liberais no Mindelo<sup>154</sup>; em 1876 dinamizou a comissão de honra angariadora de fundos para a homenagem póstuma a Sá da Bandeira, para a qual deu 10\$000<sup>155</sup>. Meses antes de morrer, em Janeiro de 1881, aceitou ser subscritor de uma circular da Irmandade de São Sebastião da Pedreira, em Lisboa, pedindo esmola para a restauração de alfaias<sup>156</sup>. Sem descendentes directos, cuidou com desvelo da educação e sustento dos sobrinhos e de uma afilhada da mulher, de nome Henriqueta Rosa Serafina, remetendo ao Mosteiro do Bom Pastor de Turim (onde esta professara) uma pensão anual de 300 francos<sup>157</sup>.

Tudo isto não era filantropia de homem rico. Ávila não herdou, nem nunca teve, grande fortuna. Mas o facto é que o dinheiro — que não tinha, mas que o acusavam de ter, e o pouco que conseguiu amealhar — foi um tema que o perseguiu. Os panegiristas gostavam de afirmar que a confiança que soubera granjear provinha justamente do facto de nunca ter usado a política para enriquecimento ilícito, destacando-lhe, como virtudes socialmente recomendáveis, a «sobriedade do seu viver» e a «estrita economia das suas despesas»<sup>158</sup>. Para outros, a sua «severa economia» era sinónimo de sovínice. O anedotário sobre a relação de Ávila com o dinheiro não tem fim. Uma das suas imagens de marca era o enorme *cache-nez* de lã que trazia sempre enrolado ao pescoço, de Verão e de Inverno. Ávila justificava-o dizendo-se atreito a constipações (e é verdade que padecia de bronquite crónica) — mas muitos insinuavam que o seu fim real era o de economizar nas despesas dos engomados nos colarinhos<sup>159</sup>. A um amigo que, sempre que o visitava, lhe deixava um bilhete disse um dia que gastava de mais em papel e tinta... Nos seus primeiros tempos em Lisboa, nos anos 30, «vivia modestamente numa das celas do edifício de São Bento, por entender ser o seu orçamento de receita incompatível com a despesa de um hotel», e «alimentava-se de uma das mais obscuras casas de comida das circunvizinhanças»<sup>160</sup>. A acreditar no muito suspeito jornal *O Patriota*, respondeu um dia a uma

---

<sup>154</sup> Maria do Carmo Serén, «A oportuna ‘memória’ do Mindelo», in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, Lisboa, Livros Horizonte, 1991, p. 239.

<sup>155</sup> Simão José da Luz Soriano, *Vida do Marquês de Sá da Bandeira e reminiscência de alguns dos sucessos mais notáveis que durante ela tiveram lugar em Portugal*, Lisboa, 1888, vol. II, pp. 522-524.

<sup>156</sup> *Biblioteca Nacional de Lisboa*, «Reservados», cód. 449, fl. 113.

<sup>157</sup> *Diário de Notícias*, 5-5-1881.

<sup>158</sup> *Ibid.*, 4-5-1881.

<sup>159</sup> Barbosa Colen, *História de Portugal*, vol. XI, p. 281.

<sup>160</sup> *Diário de Notícias*, 4-5-1881.

delegação de funcionários públicos que reivindicava melhorias salariais que «um homem na mais elevada condição podia sustentar-se com 320 réis diários, andando vestido, calçado, e comendo duas pêras ao almoço»<sup>161</sup>!

Como é normal para quem anda na política, toda a vida arrostando com boatos de que enriquecera por meios obscuros. Bem podia ele declarar na Câmara dos Deputados que não tinha meios de fortuna, que precisava de «trabalhar para viver» e que, se se visse sem emprego, partiria a procurar sustento no estrangeiro ou «asilos» em casa do pai<sup>162</sup>: para os seus muitos detractores não passava de um especulador ganancioso. Em 1841, *O Nacional* entreteinha-se a listar as acções com que alegadamente andava a aboletar-se. Ávila replicava, provando que eram poucas as acções que tinha, que já as tinha antes de se ter tornado ministro e que, ainda por cima, as tinha empenhadas para cobrir despesas familiares. Quando *O Patriota* trouxe para a primeira página o luxo exterior da sua nova casa na Calçada da Estrela, os 7500\$000 em ouro que depositara na Companhia Restauração de Lisboa, e a «grande porção de charutos que o Sr. Ávila consome diariamente», irritou-se deveras, «caçou» o jornalista e esteve uma tarde inteira a provar-lhe, com papéis e contas, como adquirira o pouco que possuía<sup>163</sup>.

Resta que nunca foi muito o que teve. O seu testamento, feito em 1872, não mencionava mais do que alguns bens imóveis que possuía na ilha do Faial, que deixava ao irmão, Manuel José de Ávila, com reserva de usufruto, enquanto fossem vivas, para as duas irmãs, Maria do Carmo e Joaquina Emerenciana de Ávila. O resto — a casa, o recheio e um punhado de títulos financeiros — ficava reservado à mulher<sup>164</sup>. O funeral com honras de Estado que lhe ofereceram não esconde que, até ao fim, a sociedade mais *snob* e os adversários políticos nunca deixaram de amesquinhar o homem, esgravatando a sua origem, gozando com a sua pose, no fundo invejando aquele *parvenu* que agora irmanava com eles. Talvez fosse por isso que, bem no fundo, o povo nutria mais simpatia por ele do que pela maioria dos políticos «rotativos» tradicionais. É certo que em 1861 também viu a sua casa ser apedrejada pelas turbas anónimas nos tumultos do Natal. Mas para alguns sectores populares, Ávila nunca deixara de ser um homem do povo, um «independente» que se dispunha a escutá-los, com influência lá nas altas esferas, onde a voz da «rua» não chegava. Claro que o povo sabia que ele não era um democrata; mas tinha a subida vantagem de conseguir ser mais ponderado do que o inconstante Saldanha, cujo populismo as massas também

<sup>161</sup> *Suplemento Burlesco d'O Patriota*, n.º 1810, Lisboa, Março de 1850.

<sup>162</sup> *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 17-1-1849, p. 81.

<sup>163</sup> V. *Suplemento Burlesco d'O Patriota*, n.ºs 1819, de 1850, e 1992, de 1851, e *Diário de Notícias* de 4-5-1881.

<sup>164</sup> O testamento de Ávila vem reproduzido no *Diário de Notícias* de 5-5-1881.

apreciavam, mas acerca de quem era muito mais difícil prever comportamentos e reacções.

É verdade que o próprio Ávila ajudava às muitas caricaturas que dele se faziam. O orgulho e a auto-estima foram-lhe sempre apanágio, traduzindo uma espécie de sentimento de realização que nutria por si próprio: comprazia-se com o que conquistara, social e politicamente. Às vezes, isso levava-o a extremos de provocação: numa recepção diplomática em Paris, na presença dos imperadores, interrogado pela imperatriz sobre a sua origem, declarou, alto e bom som, que se orgulhava de ser «filho de um sapateiro»<sup>165</sup>. Era com uma indisfarçável vaidade que, por vezes, deixava transparecer ou subentender os seus elevados méritos. Nos relatórios das exposições internacionais lá apareciam referências às recepções para que fora convidado, ou aos contactos de alto nível que estabelecera, para que se visse em Lisboa que o humilde faialense cavaqueara com Leopoldo da Bélgica, tivera reuniões de trabalho com o barão de Rothschild, Bismarck ou Lesseps (o engenheiro do canal do Suez), jantara com Napoleão III ou com o *kaiser* Guilherme.

Parece mesmo que, em alguns círculos, Ávila gostava de salientar, e ainda mais que lho salientassem, as suas parecências com personagens históricas célebres: mais do que uma vez contou que, estando certo dia em Paris, na Praça dos *Invalides*, um veterano de Austerlitz o confundira com Napoleão<sup>166</sup>. Isto, que não passava de um *fait-divers*, tinha, no entanto, uma ponta de verdade. Descontadas as devidas diferenças entre o periférico Portugal e a França napoleónica, o facto é que Bonaparte era, como Ávila, um ilhéu (da Córsega), de sangue plebeu e berço humilde, que nada predestinaria a um lugar cimeiro na história, não fosse ter sido o mais espantoso produto dessa revolução francesa que aniquilara barreiras sociais, ao mesmo tempo que promovia heróis anónimos e meteóricas carreiras ascensionais. É ocioso especular até que ponto Ávila se autoconsiderava o Napoleão português. Mas o que é verdade é que compensava a ausência de uma folha de feitos militares com a pose «bonapartista» de *grand seigneur*, de mediano entre o velho e o novo, entre as gerações obreiras da revolução e do liberalismo e as gerações «novas» da contestação democrática e radical, da mesma forma que Napoleão simbolizara, igualmente, uma síntese entre a velha França bourbónica e as conquistas da «Liberdade».

Os *mentideros* de Lisboa filaram os tiques e as muitas vaidades de Ávila com particular avidez. Ainda hoje é preciso ler para se acreditar no tom chocarreiro e de chicana pessoal com que o *Suplemento Burlesco d'O Patriota* o fustigou, quando foi ministro da Fazenda de Cabral, entre 1849 e

---

<sup>165</sup> Marques Gomes, *História de Portugal*, vol. XII, p. 520.

<sup>166</sup> Barbosa Colen, *ibid.*, vol. XI, p. 524.

1851. Foram dois anos de sátira insultuosa: desenharam-no em farda de gala, com longa cauda de penas de pavão; compuseram-lhe um «hino de louvor» — o *Hino Cadastrone*; prometeram-lhe para breve uma «estátua pedestre», de «papelão asfaltado», para «ornato de chafariz»; forjaram cartas imaginárias, em italiano macarrónico, declarando que «tutto il mundo stará coll'ochio arregalato» (*sic*) de admiração pelo «sr. ministro»; lançaram a coluna das «anedotas Ávila» — do género da que contava que em Paris se fazia íntimo do «sr. Guizot», a quem se apresentara como «Monsieur d'Avilá» (soletrando o último *a*). Para finalizar, vituperando-o ao lado do «ladrão concussionário» que presidia ao governo (Costa Cabral), pintaram-lhe um «Brasão *Cadastrone*» e referiram-se a ele como «o bacouco» ou «o *mezzo buffalo*»<sup>167</sup>!

Ávila tinha razão quando declarava haver uma notória perseguição pessoal em tudo isto. Os *opinion makers* mais esquerdistas referiam-se ao «decantado financeiro» como um «aéreo castelo» de «elástica vaidade», um «monopolista do poder», filho da «aristocracia balofa»<sup>168</sup>. Ramalho Ortigão e Eça de Queirós, n'*As Farpas*, também não o pouparam: porque, apregoando-se católico, apostólico, romano, corraera, bajulador, a receber uma grã-cruz da Suécia protestante; porque, sendo ordeiro, conservador e monárquico, se armara em democrata, presidindo a uma homenagem, em Setúbal, ao revolucionário, desordeiro e republicano poeta Bocage; porque, finalmente, já velho, recriara a «hidra da reacção», com o ridículo projecto legislativo que introduzia um muro nos cemitérios, a separar postumamente católicos e não católicos<sup>169</sup>!

Um dos aspectos mais característicos da biografia de Ávila — e outro dos seus traços mais caricaturizáveis pelos adversários — era a voragem com que coleccionava distinções e condecorações. Não era, obviamente, o único. Nos primeiros anos da Regeneração, pouco menos de metade dos deputados em funções tinham um ou mais títulos honoríficos<sup>170</sup>. Em 1876 existiriam em Portugal 30 000 indivíduos com condecorações<sup>171</sup>. Mas eram raros os que podiam orgulhar-se de serem grã-cruz da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, de Sant'Iago do Mérito Literário, Científico e Artístico e da antiga e mui nobre Ordem da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito, comendador da Ordem de Cristo, cavaleiro da Ordem dos Serafins da Suécia

---

<sup>167</sup> V., entre outros, os n.ºs 1506, 1510, 1520, 1538, 1816 ou 2029 do *Suplemento Burlesco d'O Patriota* dos anos de 1849-1851.

<sup>168</sup> Frederico Rohau Palmeirim, *O Duque de Saldanha e Mendes Leal...*, pp. 9-10.

<sup>169</sup> *As Farpas*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1962, vol. vi, pp. 183-185, vol. ix, pp. 81-88, e vol. x, pp. 251-253.

<sup>170</sup> José Miguel Sardica, *A elite política do Ministério da Regeneração (1851-1856)*, p. 52.

<sup>171</sup> Irene Vaquinhas e Rui Cascão, *op. cit.*, p. 448.



e do Elefante da Dinamarca, grã-cruz da Ordem de Pio IX de Roma e de S. Maurício e S. Lázaro da coroa de Itália, das Ordens Imperiais do Cruzeiro e da Rosa do Brasil, de S. Alexandre de Newiski e da Águia Branca da Rússia, da Águia Vermelha da Prússia, de Leopoldo da Áustria-Hungria, da Legião de Honra da França, de Leopoldo da Bélgica, de Carlos III de Espanha, do Leão Neerlandês dos Países Baixos, de Alberto-o-Valoroso da Saxónia, dos Guelfos de Hanover, de Osmanié da Turquia, do Sol e do Leão da Pérsia, de Nossa Senhora de Gualadupe do México, do Nichan Iftikar da Tunísia, da Equestre de Santa Rosa da República das Honduras e cavaleiro da Ordem do Santo Sepulcro de Jerusalém<sup>172</sup>. É impossível averiguar a cronologia e razões de atribuição deste autêntico catálogo de condecorações. Mas é possível apurar que a legião de honra, por exemplo, lhe foi dada por Napoleão III, em recompensa dos seus serviços na Exposição Universal de Paris, em 1855<sup>173</sup>, e que a Torre e Espada lhe foi concedida por D. Luís, em Julho de 1866, em tributo pelos seus já múltiplos e assinaláveis serviços ao país<sup>174</sup>. Do que era o comum dos grandes do reino, faltou-lhe apenas ser fidalgo da casa real e, enquanto duque, «parente do rei», uma distinção especialíssima (apenas concedida a Saldanha e Terceira), que irmanava a mais alta aristocracia com a pessoa do monarca.

Também sobre este aspecto a má-língua se exercitou. Barbosa Colen lembra o «desabrimento de pedanteria» com que Ávila pavoneava as suas condecorações, evocando boatos de que se «endonairara» com a primeira comenda logo em 1836, quando era governador civil de Évora<sup>175</sup>. D. José de Lacerda, por seu turno, parodiava o patriotismo com que Ávila organizara as comemorações do Mindelo, em 1840, na altura em que era governador civil do Porto, insinuando que ele estaria a bater-se a um qualquer título de «barão de Pampelide» (de Arenosa do Pampelido, o nome da praia do desembarque liberal em 1832)<sup>176</sup>. Nos anos 70 chamavam-lhe o «cabide de medalhas»<sup>177</sup>, e foi esse mesmo aspecto que o *Álbum das Glórias*, de Bordalo Pinheiro, satirizou ao retratar Ávila como um «calvário de condecorações» e ao escrever que por baixo das calças usaria mesmo «liga de seda» «para se dar o prazer íntimo e secreto de supor que nem a própria Jarreteira lhe falta»! Nos retratos que chegaram até nós vislumbra-se sempre a pose estudada, proto-

---

<sup>172</sup> Visconde de Sanches de Baena e João Carlos Cardoso, *Memórias Histórico-Genealógicas dos Duques Portugueses*, pp. 799-800, e visconde de Sanches de Baena e Albano da Silveira Pinto, *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, vol. 1, p. 166.

<sup>173</sup> António José de Ávila, *Relatório do Comissário Régio à Exposição Universal de Paris de 1855*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1857, vol. 1, p. 338.

<sup>174</sup> Carta régia de 14-7-1866, reproduzida no *Diário de Lisboa* de 10-8-1866.

<sup>175</sup> Barbosa Colen, *História de Portugal*, vol. x, pp. 495-496.

<sup>176</sup> D. José Maria de Lacerda, *op. cit.*, p. 129.

<sup>177</sup> *Cartas políticas de Albano Coutinho, antigo jornalista português*, p. 5.

colar e publicamente respeitável, a jaqueta debruada, repleta de condecorações, a calça branca com listas, o chapéu alto e a espada. Nos versos que acompanhavam a sua estampa no *Álbum das Glórias*<sup>178</sup> evidenciava-se que nada faltava a um homem que tudo parecia ter e ser: «Aquele que há cerca de meio século veio para o continente simples António José, graças a uma tenacidade heróica, a uma norma de vida pertinaz, a uma gravidade intransigente, está hoje tudo o que as fadas quiseram que ele fosse e mais tudo o que ele muito bem quis ser.»

Um dos biógrafos de Eça de Queirós declarou um dia que a figura do conde de Abranhos, do romance homónimo escrito por Eça em 1879, era directamente inspirada no perfil político, no *élan* social e nos tiques comportamentais do conde, marquês e duque de Ávila. Segundo a sua análise, «só não reconheceria o marquês de Ávila e Bolama, sob a capa de Abranhos, quem não quisesse [...] Tudo neles é similitude: a humildade de origem, o amor das condecorações, a ausência de convicções, a vigilante preocupação da respeitabilidade pública [...] a vocação para presidir a assembleias gerais; a disponibilidade ao serviço dos partidos que triunfam sob a invocação de que não era possível deixar de fazer à pátria o novo sacrifício que dele exigissem o rei, a ordem e a liberdade»<sup>179</sup>. Se é verdade que Eça ajustou contas com Ávila através do conde de Abranhos, essa é a derradeira prova que evidencia a singularidade da sua figura no panorama político e social do constitucionalismo monárquico oitocentista. Os políticos, em geral — oradores, deputados, ministros, altos funcionários —, eram todos «Conselheiros Acácio» (uma das personagens mais caricatas do universo queirosiano): só Ávila teria merecido uma (re)criação literária própria<sup>180</sup>. Ora, no momento em que a ficção imita a realidade, é porque a realidade, de tão marcante e original, já se tornou mitológica e, por isso, ficcionável.

António José de Ávila, o faialense plebeu que um dia chegou a duque, deve ter sido tudo aquilo que um homem público podia esperar ser na política e na sociedade oitocentistas. Tendo vindo de tão longe e tendo partido

---

<sup>178</sup> Os versos, da autoria de Guilherme de Azevedo, eram uma paródia à figura e à vida do duque de Ávila e Bolama: «Conta-se que as fadas reunidas num dia, n'uma das ilhas adjacentes, em volta d'um modesto berço, onde vagia um tenro infante, aprovaram em assembleia geral, sem discussão, as seguintes propostas: ele será comendador/ele será conde/ele será presidente/ele será grã-cruz/ele será majestoso/ele será duque/ele será príncipe/ele será tudo.

<sup>179</sup> Viana Moog, *Eça de Queiroz e o Século XIX*, 3.<sup>a</sup> ed., Porto Alegre, Livraria do Globo, 1943, p. 250; v., para uma análise sociológica e psicológica da figura de Abranhos, os artigos de A. Campos Matos, «Abranhos, conde de» e «[O] Conde de Abranhos», in *Dicionário de Eça de Queirós* (org. e coord. de A. Campos Matos), 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Ed. Caminho, 1988, pp. 29-30 e 226-227.

<sup>180</sup> Eça de Queirós tinha, de resto, boas razões para não gostar de Ávila. Destacado militante da geração de 70, Eça fora um dos oradores nas conferências do Casino em 1871, que Ávila, na altura presidente do Conselho, mandara abruptamente encerrar.

de tão baixo, desprovido de apelido, fortuna ou especial favor régio, soube tornar-se uma personagem única do constitucionalismo monárquico português pela longevidade da sua carreira, pela omnipresença nos círculos do poder, pelo invulgar percurso de ascensão social que protagonizou, pelos mitos, anedotas e caricaturas que em seu redor suscitou. Pelas suas mãos passou boa parte da história do Portugal de Oitocentos — pelo menos nas décadas decorridas entre as lutas liberais, nos anos 20 e 30, e a cristalização do fontismo, nos anos 70 e 80. Na realidade, como em poucos vultos contemporâneos, a vida de Ávila quase se confundiu com a evolução do século XIX português.